

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

BIANCA LECTÍCIA HAAS

**UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA ADERÊNCIA E FUNCIONALIDADE DE
APLICATIVOS DE ECONOMIA COMPARTILHADA NAS SOCIEDADES
CONTEMPORÂNEAS**

**São Borja
2019**

BIANCA LECTÍCIA HAAS

**UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA ADERÊNCIA E FUNCIONALIDADE DE
APLICATIVOS DE ECONOMIA COMPARTILHADA NAS SOCIEDADES
CONTEMPORÂNEAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Comunicação Social – habilitação em Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Publicidade e Propaganda.

Orientador: César Beras

**São Borja
2019**

BIANCA LECTÍCIA HAAS

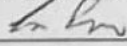
**UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA ADERÊNCIA E FUNCIONALIDADE DE
APLICATIVOS DE ECONOMIA COMPARTILHADA NAS SOCIEDADES
CONTEMPORÂNEAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Comunicação Social – habilitação
em Publicidade e Propaganda da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Publicidade e Propaganda.

Orientador: César Beras

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 02 de dezembro de 2019

Banca examinadora:



Prof. Dr. Cesar Beras

Orientador



UNIPAMPA

Prof. Dr. Marco Bonito

UNIPAMPA



Prof. Dr^a. Denise Aristimunha de Lima

UNIPAMPA

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso busca entender como as novas dinâmicas de escambo digital se adequam a realidade da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, por conta desta ser uma região de costumes bastante conservadores. A partir dessa premissa foi utilizado aqui como problema de pesquisa a seguinte questão: “Quais os hábitos de consumo que impedem a plena aderência e a funcionalidade de aplicativos de economia compartilhada nas cidades da fronteira Oeste do Rio Grande do Sul?”. Este trabalho se estrutura em: 1 - introdução, capítulo 2 - As possibilidades da baixa utilização dos aplicativos, e capítulo 3 - As possibilidades do uso constante dos aplicativos, seguido do Capítulo 4 - Onde se encontram o problema, hipótese, procedimentos metodológicos, objeto de pesquisa e sistematização e análise dos dados, e após isso se encontra o item 5 -Considerações finais.

Palavras – chave: Economia compartilhada; Aplicativos; Sociedade em Rede; Cultura da Convergência; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This course conclusion paper aims to understand how the new dynamics of digital barter fit the reality of the western border of Rio Grande do Sul, because it is a region of very conservative customs. From this premise the following question was used here as a research problem: “What are the consumption habits that prevent the full adherence and functionality of shared economy applications in the cities of the western border of Rio Grande do Sul?”. This paper is structured in: 1 - Introduction, Chapter 2 - The Possibilities of Low Application Usage, and Chapter 3 - The Possibilities of Constant Application Usage, followed by Chapter 4 - Where the Problem, Hypothesis, Methodological Procedures, Object research and systematization and analysis of the data, and after that is the item 5 - Final considerations.

Keywords: Shared economy; Applications; Network Society; Convergence Culture; Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 As possibilidades da baixa utilização dos aplicativos	11
2.1 O processo de colonização	11
2.1.1 Colonização predatória	11
2.1.2 A mentalidade conservadora	21
3. As possibilidades do uso constante dos aplicativos	28
3.1. A emergência da sociedade em rede	28
3.1.1. A popularização da internet	28
3.1.2. A popularização dos smartphones	32
3.2. A emergência de uma nova geração preocupada com a sustentabilidade	37
3.2.1. A resposta a revolução industrial	37
3.2.2. A possibilidade de novas formas de troca	43
4. Percurso metodológico para conhecer a realidade	47
4.1. PROBLEMA E HIPÓTESES	47
4.2. METODOLOGIA	54
4.3 Objeto de Pesquisa	58
4.4. Conhecendo a realidade	58
5. CONCLUSÕES	80
REFERÊNCIAS	84

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como temática central as novas formas de escambo digital, entre elas os aplicativos de economia compartilhada, que visam facilitar a interação humana através dos dispositivos móveis a fim de criar uma rede de colaboração social com o objetivo de possibilitar que encontrem o que buscam através de práticas de trocas e empréstimos, sem que haja, necessariamente, uma transação monetária envolvida.

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, o que se busca entender é como esses sistemas se adequam a realidade da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, por conta desta ser uma região de costumes bastante conservadores. A partir dessa premissa, foi utilizado aqui como problema de pesquisa a seguinte questão: Quais os hábitos de consumo que impedem a plena aderência e a funcionalidade de aplicativos de economia compartilhada nas cidades da fronteira Oeste do Rio Grande do Sul?

Para atingir esse objetivo, foram formuladas as seguintes hipóteses: Hipótese 1 - na qual acredita-se que por decorrência do processo de colonização do Brasil, que acarretou nas desigualdades sociais presentes em nosso país até hoje, e da mentalidade conservadora da população da região, que acarreta em preconceitos em relação ao diferente e ao novo resultam em pouco ou nenhum uso de aplicativos de economia compartilhada na região. E, Hipótese 2 - na qual acredita-se que, por decorrência da emergência da sociedade em rede e de uma geração que se preocupa mais com a sustentabilidade, os aplicativos apresentem uso constante e em expansão na região

Para investigar se essas hipóteses se confirmaram ou não, foi utilizada como abordagem metodológica uma pesquisa de recepção, de cunho qualitativo-exploratório, de levantamento de dados através de questionários online e material bibliográfico como instrumentos de pesquisa, utilizando critérios qualitativos para seleção do público e dos materiais.

A revisão bibliográfica também é formulada a partir das hipóteses, sendo o Capítulo 1 - As possibilidades da baixa utilização dos aplicativos, e o Capítulo 2 - As possibilidades do uso constante dos aplicativos.

No capítulo 1, serão abordadas as referências teóricas que embasam a hipótese 1, mediante a dois argumentos constitutivos que serão explorados no decorrer do estudo, nos tópicos 5.1.1 e 5.1.2, sendo eles, respectivamente: o processo de colonização, embasado por Carvalho (2002) e Beras (2016) e a mentalidade conservadora, conforme Scharatzman (2007), Martins (2001) e Soares (2007). Este capítulo surge para iniciar essa pesquisa com um estudo sobre a formação da sociedade brasileira que se torna importante, uma vez que é a partir desse processo de colonização brasileira que são instaurados os componentes culturais e sócio-históricos que até hoje compõem, entre outras, essa sociedade e influenciando na formação de novos hábitos e/ou na perpetuação dos hábitos antigos.

O Capítulo 2 foi articulado tendo como plano de fundo a hipótese 2, na qual acredita-se que exista um uso constante e em expansão dos aplicativos de economia compartilhada em São Borja. Essa hipótese é embasada por dois argumentos constitutivos, que são debatidos nos tópicos 2.1 e 2.2, sendo eles, respectivamente: a emergência da sociedade em rede, com base em Castells (1999), Jenkins (2008), Coutinho (2014), Nonnenmacher (2012) e Mandel e Long (2017) e a emergência de uma geração que se preocupa com um futuro mais sustentável, embasado por Quintana e Hacon (2011), Martine e Alves (2015), e Nascimento, Bittencourt e Gavioli, (2018), Zanirato e Rotondaro (2016), Botsman e Rogers (2011), Capozzi, Chizzola e Hayashi (2018) e Silva, Lopes, Almeida e Franco (2019). E surge aqui decorrente da importância de elucidar o impacto causado pela novas tecnologias na sociedade e os impactos causados pela revolução industrial e o capitalismo atual e como os aplicativos de economia compartilhada podem ajudar a minimizar os rastros de destruição acarretados pelos mesmos.

Assim sendo, nosso trabalho se estrutura para além da presente introdução, em capítulo 1 - As possibilidades da baixa utilização dos aplicativos, capítulo 2 - As possibilidades do uso constante dos aplicativos e, capítulo 3, onde se encontram o problema, a hipótese, os procedimentos metodológicos, o objeto de pesquisa e sistematização e a análise dos dados. Após isso, se encontram as considerações finais.

Objetivo geral

Compreender a dinâmica dos hábitos de consumo e porque podem impedir a plena aderência e funcionalidade de aplicativos de economia compartilhada nas cidades

contemporâneas, construindo conhecimento que qualifique a análise sobre a realidade do escambo digital.

Objetivos específicos

Compreender o contexto histórico-social e cultural das cidades de pequeno porte que leva a construção dos hábitos de consumo conservadores nas sociedades contemporâneas;

Identificar os valores culturais e motivações pessoais que influenciam na aderência ou não de aplicativos de economia compartilhada;

Analisar quais fatores podem impedir a funcionalidade plena dos aplicativos de economia compartilhada em cidades em pequeno porte em comparação com cidades de grande porte.

2. AS POSSIBILIDADES DA BAIXA UTILIZAÇÃO DOS APLICATIVOS

A partir do problema de pesquisa que embasa o presente estudo: “Quais os hábitos de consumo que impedem a plena aderência e funcionalidade de aplicativos de economia compartilhada na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul?”, no presente capítulo, serão abordadas as referências teóricas que embasam a hipótese 1, na qual acredita-se que o uso de aplicativos de economia compartilhada na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul seja bastante baixo ou inexistente. Essa hipótese se dá mediante a dois argumentos, sendo eles A) o processo de colonização do Brasil, que acarretou nas desigualdades sociais presentes em nosso país até hoje, e B) a mentalidade conservadora da população das cidades de pequeno porte brasileiras, que acarreta em preconceitos em relação ao diferente e ao novo. Essa hipótese é embasada por dois argumentos constitutivos que serão explorados a seguir, sendo eles: 2.1. O processo de colonização, embasado por Carvalho (2002) e Beras (2014); e 2.2. A mentalidade conservadora, conforme Scharatzman (2007), Martins (2001) e Soares (2007), que serão abordados a seguir.

2.1. O processo de colonização

Ao abordarmos como problemática os hábitos de consumo que influenciam na aceitação e na usabilidade de aplicativos de economia compartilhada em São Borja, iniciar essa pesquisa com um estudo sobre a formação da sociedade brasileira se torna importante, pois é a partir desse processo de colonização brasileira que são instaurados os componentes culturais e sócio-históricos que até hoje compõem, entre outras, essa sociedade e influenciando na formação de novos hábitos e/ou na perpetuação dos hábitos antigos. Abordaremos a formação da sociedade brasileira a partir da Colonização predatória, conforme Carvalho (2002) e Beras (2014).

2.1.1 Colonização predatória

Quando abordamos a colonização brasileira, um dos principais fatos apontados por Carvalho (2002) é a forma predatória pela qual essa colonização foi instaurada no Brasil. Como principais características apontadas pelo autor nesse processo podemos destacar três: A) Nação sem pátria e cidadania, B) Capitalismo brasileiro e desigualdade e C) Poder político latifundiário.

A primeira característica, Nação sem pátria e cidadania, emerge a partir de Carvalho (2002), que aponta nas páginas iniciais de seu texto que “ao proclamar sua independência de Portugal em 1822, o Brasil herdou uma tradição cívica pouco encorajadora” (CARVALHO, 2002, p. 17). Carvalho (2002) destaca que, embora Portugal tenha conseguido, com o auxílio da igreja católica “construir” um país dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa em três séculos de colonização, através da soma da inicial catequização dos nativos pelos padres jesuítas e posterior repressão severa das línguas, religiões e de toda cultura advinda de matrizes africanas juntamente com os escravos, decorrente do medo por parte dos portugueses de que rebeliões fossem articuladas entre os escravos, também deixou:

Uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista. À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira. (CARVALHO, 2002, p.17-18)

A forma de colonização do Brasil é aqui considerada predatória por diversos motivos abordados por Carvalho (2002), entre eles, a presença forte do tráfico e trabalho de escravos e a repressão da cultura advinda de matrizes africanas, a dizimação dos povos indígenas, a exploração das terras brasileiras em função da coroa portuguesa e a miscigenação através do estupro de mulheres indígenas e escravas por parte dos portugueses colonizadores, que o autor descreve como sendo de “natureza comercial e masculina” (CARVALHO, 2002, p.21). O autor destaca a escravidão e as grandes propriedades como principais motivos da herança social negativa presente no Brasil até o momento pois estas foram as primeiras formas de desigualdade tanto patrimonial, quanto étnica e de gênero instauradas no país, e que, até pouco tempo não existiam nenhuma política pública que tentasse reverter essa situação e igualar as condições de acesso no Brasil.

Escravidão e grande propriedade não constituíam ambiente favorável à formação de futuros cidadãos. Os escravos não eram cidadãos, não tinham os direitos civis básicos à integridade física (podiam ser espancados), à liberdade e, em casos extremos, à própria vida, já que a lei os considerava propriedade do senhor, equiparando-os a animais. (CARVALHO, 2002, p.21)

Ou seja, os escravos eram tratados pelos senhores como objetos ou animais, sujeitos aos desejos do senhor, com traços mínimos ou até inexistentes de humanização, além deste, todos os elementos citados acima, segundo Carvalho (2002), fizeram parte do Brasil Colônia, e que devido ao processo de independência do Brasil, pacífico e articulado entre as oligarquias da colônia (Brasil) e de Portugal, mantiveram-se presentes também no Brasil pós independência. Ou seja, a independência do Brasil não foi consequência de uma revolução articulada pelos oprimidos contra os opressores daquele sistema, como ocorrido na Revolução Francesa, por exemplo, que apesar das condições bem diferentes de possibilidade revolucionária, os camponeses se revoltaram contra a coroa executando o rei (figura central do poder monárquico) e proclamando a República, mas sim uma forma de “mascarar” um sentimento de independência, sem alterar de fato o sistema vigente naquela sociedade, e assim evitar a revolução temida pelas elites e pela coroa, que as fariam perder alguns de seus privilégios perante aos explorados.

Temos um processo de construção democrática singular. Isto por dois grandes motivos: primeiro nossa tradição política - cultural patrimonialista que obstruiu por séculos as possibilidades do surgimento de uma esfera pública, a gênese de nosso sistema democrático não é liberal, mas um arranjo oligárquico. e, em segundo e por consequência do primeiro, por termos uma cidadania invertida: primeiro os direitos políticos, depois os sociais e por último os civis, enfim uma cidadania que começou sem liberdade individual. (BERAS, 2014, p.17)

Diferente do processo de colonização da América do Norte, no Brasil, segundo Beras (2014), “não houve um modelo liberal na origem de nossa democracia moderna, mas, um sistema alocado nas instituições pela elite nacional, podemos deduzir que nosso sistema carece dos valores básicos de uma democracia”. Ou seja, a democracia brasileira não surgiu a partir de um processo realmente democrático, com efetivas representações da população brasileira da época (composta pela maioria de negros e escravos) mas sim, como uma forma de conter uma possível revolução que pudesse levar a um processo mais democrático de independência. Para conter essa revolução, a elite instaura no país uma espécie de “cópia” de um modelo de gestão “democrático” que havia sido instaurado nos países que haviam passado por revoluções populares, mas sem que houvesse de fato sentimento de conquista de direitos por parte do povo brasileiro, pois no fundo não existiu conquista alguma naquele momento.

Neste sentido, o problema principal, apontado pelos diferentes autores, pode ser sintetizado na falta da participação civil. As mudanças de sistema ocorriam de cima para baixo, sem participação e, muito menos, sem significação do que estava acontecendo pelos de baixo. (BERAS, 2014, p. 19)

Assim sendo, uma vez “conquistada” a independência e instaurada a democracia no país, as elites encontram maneiras de adaptar os processos políticos da nova democracia, para fins de interesse privado. Por conta dessa forma e transição à democracia, são primeiro instaurados os direitos e deveres políticos dos cidadãos. Uma vez que apenas eram considerados cidadãos os homens, livres e letrados, com mais de 25 anos. Essa informação demonstra que os direitos civis de igualdade estavam longe de ser alcançados em um país de população composta pela maioria de negros e escravos, além de excluir completamente a população feminina do processo democrático. O que reinava era uma sociedade desigual, machista e predatória na qual o poder tanto social quanto político era mantido e articulado apenas entre homens.

Há, então, uma cultura predominante e hegemônica, não democrática, que solapa progressiva e gradativamente as experiências democráticas, integrando-as aos valores patrimonialistas e também pragmáticos e instrumentais da afirmação de interesse particulares. Na seqüência, há um processo de cidadania invertida. Por ela, a base lógica dos direitos democráticos, os direitos civis, são, no processo de desenvolvimento histórico da cidadania no Brasil, os últimos e não os primeiros a serem afirmados. (BERAS, 2014, p.19)

Beras (2014) aponta ainda que, “é preciso considerar que a Democracia brasileira sofre uma dupla determinação: é incipiente e, ao mesmo tempo, plena de possibilidades de reinventar-se e superar a gênese da formação histórico-social não democrática” (p.20). Ou seja, que apesar da formação histórico-social do país não favorecer para que houvesse uma sociedade civil forte e ativa, no sistema político vigente, atualmente, existe a possibilidade de uma sociedade civil ativa e potente no Brasil, decorrente de uma representação e de uma consciência política cada vez maior no país, caminhando em direção a uma maior inclusão de mulher, negros, indígenas, entre outras minorias, inclusive através de políticas públicas que obrigam que essa representação seja ativa nos partidos políticos. Resumidamente, segundo o autor, o processo histórico-social que culminou no estado atual do país é o seguinte:

Um escravagismo forte que culminou em um patriarcalismo centrado na violência e na fluidez das relações pessoais. No patrimonialismo político que privatiza o aparato administrativo serviço de interesses particulares. Na ausência de uma ética do trabalho, pois explorava-se diretamente o trabalho escravo. Tudo isto teve como base a ausência de uma sociedade civil, elemento vital para a afirmação dos valores democráticos. Em seguida discorremos, sobre os efeitos direto desta singular gênese histórica : uma sociedade civil fraca, assim como um cultura democrática frágil e em construção e a existência de uma Estadadania no País. Por último utilizando como referência os três modelos normativos de democracia(Liberal, Republicano e Deliberativo) retomamos as dificuldades e barreiras colocadas para a firmação de valores e de um sistema democrática, buscando perceber o desafio principal colocado: o fortalecimento da sociedade civil. (BERAS, 2019, p.22)

A presença de uma sociedade civil ativa, articulada e potente, é, segundo Beras (2014) e Carvalho (2002), um requisito básico para o funcionamento pleno do sistema democrático, com maior igualdade e representatividade, pois, só a partir de uma sociedade civil consciente de seus direitos, deveres, obrigações e possibilidades de intervenção na sociedade que essas representações serão possíveis em esferas públicas e na política, alcançado assim, finalmente, um sistema democrático pleno, e apesar de o Brasil possuir um histórico construído a partir de uma sociedade civil fraca, assim como um cultura democrática frágil e em construção, ainda é possível reverter esse fardo e alcançar um estado democrático pleno.

O segundo fator, ou seja, Capitalismo brasileiro e desigualdade, está diretamente ligado à nossa conjuntura social atual e as bases latifundiárias a partir das quais o país se desenvolveu:

A atividade que melhor se prestou à finalidade lucrativa foi a produção de açúcar, mercadoria com crescente mercado na Europa. Essa produção tinha duas características importantes: exigia grandes capitais e muita mão-de-obra. A primeira foi responsável pela grande desigualdade que logo se estabeleceu entre os senhores de engenho e os outros habitantes; a segunda, pela escravização dos africanos. (CARVALHO, 2002, p.18)

No Brasil colônia, inicialmente, a principal atividade comercial praticada foi a plantação de cana de açúcar em grande escala. Essa produção se dava em grandes extensões de terras comandadas pelos senhores dos engenhos e mantidas a base de trabalho escravo. Conforme apontado por Carvalho (2002, p.55), “nas fazendas, imperava a lei do coronel, criada por ele, executada por ele. Seus trabalhadores e dependentes não eram

cidadãos do Estado brasileiro, eram súditos dele”. Ou seja, dentro dos engenhos, o senhor do engenho possuía poder absoluto no qual tudo dependia dele.

Na sociedade rural, dominavam os grandes proprietários, que antes de 1888 eram também, na grande maioria, proprietários de escravos. Eram eles, freqüentemente em aliança com comerciantes urbanos, que sustentavam a política do coronelismo.[...]. No estado da Bahia, eles eram poderosos a ponto de fugirem ao controle do governo do estado. Em certo momento, o governo federal foi obrigado a intervir no estado como mediador entre os coronéis e o governo estadual. (CARVALHO, 2002, p.55)

Após a abolição da escravatura, em grande parte, os escravos libertos, sem ter para onde recorrer, continuaram trabalhando para os senhores em um sistema de feudos, ou seja, eles recebiam apenas condições de subsistência e segurança dos senhores e em troca trabalhavam para os mesmos. Todos os lucros do trabalho prestado continuam a ser destinados ao senhor, segundo Carvalho (2002, p.57), “seus amigos e aliados eram protegidos, seus inimigos eram perseguidos [...] os dependentes dos coronéis não tinham outra alternativa senão colocar-se sob sua proteção”. Ou seja, toda assistência da qual os trabalhadores necessitavam também vinha obrigatoriamente do senhor, tornando os trabalhadores totalmente dependentes dos mesmos. Por conta do senhor comandar todas as atividades que ocorriam nas extensões de terra sobre as quais mantinham poder, caso algum dos moradores daquela região se negassem a servir e ser protegidos pelo senhor estavam fadados a miséria e a perseguição dos subalternos no senhor, como ainda hoje ocorre em muitas regiões do Brasil.

Várias expressões populares descreviam a situação: "Para os amigos, pão; para os inimigos, pau." Ou então: "Para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei." A última expressão é reveladora. A lei, que devia ser a garantia da igualdade de todos, acima do arbítrio do governo e do poder privado, algo a ser valorizado, respeitado, mesmo venerado, tornava-se apenas instrumento de castigo, arma contra os inimigos, algo a ser usado em benefício próprio. Não havia justiça, não havia poder verdadeiramente público, não havia cidadãos civis. (CARVALHO, 2002, p.57)

Mesmo havendo a instituição Estado como forma oficial de gestão de todo o país, conforme já citado, todas as decisões tomadas nas microesferas de produção rural eram geridas e comandadas pelos senhores do engenho. Carvalho (2002), aponta que o Estado necessitava fazer acordos constantes com os coronéis para conseguir o apoio dos mesmos nas decisões do governador, e em troca oferecia ao coronel a indicação de autoridades, das

quais o coronel, por sua vez, utiliza para negociar mais poder e autoridade dentro das decisões do Estado.

O coronel podia premiar os aliados, controlar sua mão-de-obra e fugir dos impostos. Fruto dessa situação eram as figuras do "juiz nosso" e do "delegado nosso", expressões de uma justiça e de uma polícia postas a serviço do poder privado. (CARVALHO, 2002, p.56)

Resumindo o que é apontado por Beras (2014), sobre a formação das cidades brasileiras, acontece através de um processo masculino e elitista de colonização, seguido por uma transição pacífica à democracia, coordenada pela elite civil do Império com o intuito de justamente evitar uma revolução e conservar a profunda desigualdade social presentes no Brasil e, posterior substituição da tradição autoritária colonial-imperial por uma tradição autoritária militar, conservando os interesses das elites brasileiras, fez com que nunca existisse um ponto de ruptura (revolução de baixo para cima) da mentalidade autoritária, conservadora e elitista implementada nesse processo de colonização.

As construções pela base, de baixo para cima e de forma horizontal a partir da sociedade civil são uma possibilidade em construção- a partir da década de 70 e em permanente disputa com as formas tradicionais inversas. São uma novidade que podem afirmar-se ou não. (BERAS, 2014, p.25)

Por conta dessa colonização com bases ruralistas, a urbanização (surgimento de grandes pólos urbanos) do território brasileiro, que ocorreu de forma tardia, só aconteceu decorrente do ciclo econômico do café, que exerceu papel fundamental na economia brasileira do séc. XX. O ciclo econômico do café, somado a chegada de grande número de imigrantes europeus para povoamento, a partir de 1530, e o fim da escravatura no Brasil, resultam na industrialização e urbanização do território brasileiro, ocorrido pelo surgimento de novos pólos urbanos criados em torno das indústrias pela população (imigrantes e ex escravos) em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Assim sendo, as indústrias emergentes apresentam avanços significativos no processo de produção e comercialização de bens, a fim de suprir as necessidades dessa nova massa de trabalhadores assalariados.

Enquanto a terceira característica, o Poder político latifundiário, é decorrente de um processo que se inicia na invasão portuguesa e o projeto geral de colonização em 1500,

teve início pelo litoral do nordeste visando a extração dos recursos naturais do solo brasileiro, o processo de ocupação do território do interior do Brasil aconteceu de forma rural e extrativista no qual as terras foram divididas em lotes e entregues para homens pertencentes a elite portuguesa que estivessem dispostos a cultivar, extrair e proteger essas terras para a coroa portuguesa. As poucas cidades implementadas nesse período, principalmente no litoral brasileiro, tinham como únicos objetivos defender o território contra possíveis ataques ou invasões externas e facilitar o envio dos materiais extraídos para Portugal. Assim sendo, as maiores fontes de poder (econômico e político) regionais estavam concentradas nos senhores do engenho e coronéis, que visavam cada vez mais controle e poder (CARVALHO, 2002).

A principal característica política da independência brasileira foi a negociação entre a elite nacional, a coroa portuguesa e a Inglaterra, tendo como figura mediadora o príncipe D. Pedro. Do lado brasileiro, o principal negociador foi José Bonifácio, que vivera longos anos em Portugal e fazia parte da alta burocracia da metrópole. Havia sem dúvida participantes mais radicais, sobretudo padres e maçons. Mas a maioria deles também aceitou uma independência negociada. (CARVALHO, 2002, p.26)

Conforme aponta Carvalho (2002, p.27), a elite nacional temia que no Brasil acontecesse algo semelhante ao que havia acontecido no Haiti, onde os escravos tinham se rebelado, proclamado a independência e expulsado a população branca. Segundo o autor, a ideia do “haitianismo”, representava grande ameaça num país dependente de mão-de-obra escrava com mais de dois terços da população mestiça, o que era mais um motivo para a preocupação dos coronéis para que a independência acontecesse de forma ordenada evitando inconvenientes e assim aconteceu. A independência da república brasileira foi então proclamada numa aliança entre coroa e burguesia rural, instaurando o poder da Guarda Nacional nos coronéis, que assumem após isso o poder político regional.

A Primeira República ficou conhecida como "república dos coronéis". Coronel era o posto mais alto na hierarquia da Guarda Nacional. O coronel da Guarda era sempre a pessoa mais poderosa do município. já no Império ele exercia grande influência política. Quando a Guarda perdeu sua natureza militar, restou-lhe o poder político de seus chefes. (CARVALHO, 2002, p.41)

Essa é uma das principais influências apontadas por Carvalho (2002) para que não fosse possível existir uma cidadania ativa naquela época, nem por parte dos senhores e

muito menos por parte dos súditos e escravos (que na época nem considerados oficialmente cidadãos não eram). O autor aponta que apesar dos senhores serem livres, votarem e participarem das eleições, “faltava-lhes, no entanto, o próprio sentido da cidadania, a noção da igualdade de todos perante a lei. [...] Em suas mãos, a justiça [...] tornava-se simples instrumento do poder pessoal” (CARVALHO, 2002, p.21).

Não podendo haver comunidade de cidadãos em Estado absolutista, nem comunidade humana em plantação escravista, o que restava da tradição comunitária eram apelos, quase sempre ignorados, em favor de um tratamento benevolente dos súditos e dos escravos. O melhor que se podia obter nessas circunstâncias era o paternalismo do governo e dos senhores. O paternalismo podia minorar sofrimentos individuais mas não podia construir uma autêntica comunidade e muito menos uma cidadania ativa. (CARVALHO, 2002, p.51)

Assim sendo, apesar do modelo de gestão do país ser democrático, a população ainda vivia em condições escravistas e exploratórias, obrigadas a ser totalmente dependentes dos senhores por questões de segurança e distante das reais decisões da esfera política, essas condições foram mantidas a todos os custos pela burguesia e seus apoiadores, que ainda hoje exerce um poder bastante significativo na esfera política brasileira, sendo possível notar inclusive pela existência de uma bancada ruralista e uma bancada cristã em um Estado, teoricamente laico, e as figuras que representam essas classes (majoritariamente masculinas, de faixa etária mais altas e pertencentes à elite econômica brasileiras), ocasionando em uma sociedade civil que ainda possui fortemente presentes os valores conservadores em suas comunidades decorrentes dos muitos anos de escravidão e sistema de coronelismo.

Quadro 1 - Argumentos: Processo de colonização.

ARGUMENTO	SÍNTESE	SUPORTE PARA HIPÓTESE
1 - Nação sem pátria e cidadania	A democracia brasileira não surgiu a partir de um processo realmente democrático, com efetivas representações da população brasileira da época (composta pela maioria de negros e escravos), mas sim como uma forma de conter uma	Demonstra uma história de falta de conduta social comunitária na qual os indivíduos politizam suas demandas para realizar mudanças sociais efetivas, concretizando uma conduta que evita enfrentamentos por conta

	possível revolução que pudesse levar a um processo mais democrático de independência.	da falta de uma unidade de mobilização de luta que assim possibilita que o status quo seja mantido desprezando mudanças sociais e o que é novo e diferente daquilo que já vem sendo empregado, como aqui sustentado pela hipótese, a utilização de novas formas de consumo mais conscientes.
2 - Capitalismo brasileiro e desigualdade	A exploração da produção rural e do trabalho escravo para produção de capital destinado a classe ruralista mesmo após instauração da democracia, através de sistemas feudais, perpetuou uma condição de desigualdade econômica, étnica e social entre senhores e subalternos, presente no Brasil até hoje.	Aborda o histórico de exploração das riquezas brasileiras durante a época de Brasil colônia para demonstrar que, o país foi construído em bases de condições desiguais de acesso aos bens de consumo e que essas condições nunca foram revertidas, instaurando um estado constante de maior condição de acesso por uma determinada classe enquanto impossibilita o acesso aos bens a outras.
3 - Poder político latifundiário.	Apesar do sistema político ter passado a ser democrático, as condições de vida da população foram mantidas (sistema escravista e coronelista), impossibilitando uma cidadania plena.	Demonstra uma dinâmica de exploração predatória que influencia na existência de mecanismo conservadores relativos a práticas sociais autônomas no exercício da cidadania, tais como a economia compartilhada, ou seja esse elemento sustenta nossa hipótese da mentalidade conservadora e elitista.

Fonte: elaboração própria.

Resumidamente, este argumento demonstra um histórico de falta de conduta social comunitária na qual, os indivíduos politizam suas demandas para realizar mudanças sociais efetivas, enquanto aborda o histórico de exploração das riquezas brasileiras durante a época de Brasil colônia para demonstrar que, o país foi construído em bases de condições desiguais de acesso aos bens de consumo e que essas condições nunca foram revertidas ao mesmo tempo que demonstra uma dinâmica de exploração predatória que influencia na existência de mecanismo conservadores relativos a práticas sociais autônomas no exercício da cidadania, tais como a economia compartilhada, a soma desses fatores concretiza uma conduta de falta de unidade de mobilização de luta que assim possibilita que o status quo seja mantido enquanto instaura um estado constante de maior condição de acesso por uma determinada classe enquanto impossibilita o acesso aos bens a outras e despreza mudanças sociais e o que é novo e diferente daquilo que já vem sendo empregado, que somados resultam na nossa hipótese da mentalidade conservadora e elitista.

2.1.2 A mentalidade conservadora

Outra influência direta nos hábitos de consumo que influenciam na aceitação e usabilidade de aplicativos de economia compartilhada na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, é a existência de uma mentalidade conservadora forte na região. Portanto realizar um resgate histórico abordando como forma-se essa mentalidade auxilia na compreensão de como essa mentalidade conservadora pode afetar na aceitação e usabilidade dos aplicativos na cidade. Abordaremos a formação da sociedade brasileira a partir da Gênese da mentalidade conservadora segundo de Scharatzman (2007), Martins (2001) e Soares (2007).

2.1.2.1. Gênese da mentalidade conservadora

Quando se trata dos principais fatos que desenvolveram a mentalidade conservadora no Brasil, Scharatzman (2007) destaca três como os mais importantes: A) Colonização extrativista, B) Estado Absoluto, governado por um estamento burocrático, centralizador e C) Privatização do status político e militar e a publicização da ordem privada.

Em relação a primeira característica, Colonização extrativista, para melhor compreender quais motivos levam o Brasil ao desenvolvimento de uma mentalidade conservadora, Scharatzman (2007) resgata inicialmente o fato de que o objetivo único, tanto da coroa portuguesa, quanto dos portugueses que chegavam até a colônia, era o de extração e exploração das riquezas do território brasileiro. O autor aponta que, “o bandeirante teria sido um aventureiro e predador cuja única preocupação seria enriquecer-se rapidamente e voltar o quanto antes para a civilização européia” (SCHARATZMAN, 2007, p.117). Por conta disso, inicialmente no Brasil não foi desenvolvida uma sociedade articulada, com organizações administrativas e políticas complexas, já que, assim que conseguiam conquistar alguma riqueza, os portugueses colonizadores visavam voltar para Portugal usufruir do lucro extraído da colônia.

Alguns fatos parecem claros. Este tipo de imigrante não desejava ficar muito próximo do controle da administração colonial, e estava interessado em **obter o máximo de lucro** por seu esforço. (SCHARATZMAN, 2007, p.121-122)

A extração da cana de açúcar foi, por um longo período, a principal fonte de riquezas do território. Nesse processo de extração, segundo aponta Scharatzman (2007), Portugal contou com o apoio financeiro de parceiros comerciais europeus, entre eles a Holanda, que por possuir uma estrutura industrial de refinamento de açúcar já estabelecida, acabou inicialmente se encarregando do refinamento e aos poucos assumindo posições mais expressivas no processo de extração e comercialização.

Para os holandeses, a indústria açucareira era essencialmente um empreendimento comercial. Eles não somente se encarregavam do refino e distribuição do produto na Europa, como também financiavam instalações no Brasil e o tráfico de escravos, além de controlar o transporte do produto [...] fica claro que a economia do açúcar era mais holandesa do que portuguesa, naqueles primeiros tempos. (SCHARATZMAN, 2007, p.128)

Devido a extração do açúcar, que acontecia no Nordeste, segundo Scharatzman (2007), uma das únicas tentativas de ocupação essencialmente econômicas (e não administrativa, implementada pela coroa, como as demais) na época, teria acontecido em Pernambuco. Com articulação entre a elite econômica regional, Recife foi conquistado sob administração holandesa entre 1630 e 1654. Esse movimento, segundo aponta

Scharatzman (2007) é chamado de Guerra dos Mascates. O autor ressalta ainda que, São Paulo e Pernambuco formavam únicos os centros dinâmicos comerciais da colônia, pois, diferente das demais regiões de extração, eram nesses locais que as transações e exportações aconteciam.

Quando se trata da segunda característica que compõe esse argumento, Estado Absoluto, governado por um estamento burocrático, centralizador, Scharatzman (2007) estabelece uma comparação direta entre a forma de colonização portuguesa e a forma de colonização inglesa no que se refere a gestão das colônias e como essa gestão afeta no desenvolvimento da sociedade e da economia das colônias americanas. Enquanto a colônia inglesa se inicia com um modelo que repele a centralização burocrática e influencia uma industrialização, na colônia portuguesa “na era seiscentista, já havia consolidado em Estado Absoluto, governado por um estamento burocrático, centralizador” (SCHARATZMAN, 200, p. 115).

A política inicial de colonização no Brasil foi, de fato, a criação de feudos hereditários (capitanias) concedidos à exploração privada. Este sistema, porém, não chegou a se desenvolver plenamente, sendo substituído, logo em seguida, por um processo crescente de centralização administrativa. Como observa acuradamente Faoro, nunca houve um pacto político através do qual os altos escalões do sistema político representassem e governassem em nome de alguns setores da sociedade, o que é típico do modelo feudal. (SCHARATZMAN, 2007, p. 116)

Conforme apontado na citação acima, como não houve inicialmente um pacto político no qual uma figura local exercesse o poder nas diferentes regiões da colônia, o maior conflito enfrentado pela coroa portuguesa para manter a condição de centralização do poder, de acordo com Scharatzman (2007), foi a dimensão territorial da colônia portuguesa, que tornava impossível manter o controle diretamente através da coroa, e assim sendo, a maior figura de autoridade nas regiões tornavam-se os coronéis. Segundo o autor, essa dispersão tornava o conflito entre centralização e descentralização quase que inerente a colônia, já que as figuras que dominavam economicamente as diversas regiões também eram as que mantinham o controle da população que ali habitava.

Efetivamente, o processo de centralização e crescimento do governo central se dava em um contexto de conflitos e pressões de todo tipo, e grande parte da história política do Brasil gira exatamente em torno do tema centralização vs. descentralização. É fundamental, para entender este problema, ter uma

interpretação adequada da natureza da colonização portuguesa, que combinava uma tendência constante à centralização com a grande dispersão territorial dos postos de colonização, muitas vezes mais próximos da Europa que uns dos outros. Não admira, assim, que esses núcleos de colonização se desenvolvessem por conta própria e, frequentemente, de forma contraditória. (SCHARATZMAN, 2007, p.117)

Assim sendo, o país se desenvolveu, apesar do Estado absolutista centralizador da época, de formas muito individuais em cada região, por conta das individualidades de costumes, e conflitos presentes na extensão do território, explorando economicamente algumas regiões mais que outras e com mais exploração de mão-de-obra escrava em algumas regiões que em outras, porém sempre seguindo um sistema hierárquico de poder.

Em relação a terceira característica, privatização do status político e militar e a publicização da ordem privada, aqui é ressaltado o caráter militar empregado na ocupação do território brasileiro tanto nas invasões às terras indígenas, quanto para defender o território de outros colonizadores europeus. Conforme aponta Scharatzman (2007) “O quadro da ocupação do território brasileiro deve ser completado com a história do estabelecimento de entrepostos militares nas fronteiras” (SCHARATZMAN, 2007, p.132).

O mais importante desses estabelecimentos foi, sem dúvida, a Colônia de Sacramento, criada no rio da Prata em 1680. Ela foi o início de uma longa e intermitente guerra com os espanhóis de Buenos Aires, dando a população do Rio Grande do Sul uma experiência única, no Brasil, de um estado contínuo de violência e mobilização militar [...]. A textura social e econômica da sociedade brasileira, ao longo da fronteira sulista, era fortemente influenciada por esta situação. (SCHARATZMAN, 2007, p.132)

Segundo Scharatzman (2007), “os estabelecimentos portugueses tendiam a se limitar na costa do Atlântico, e foi somente na área que hoje é o Uruguai que os dois empreendimentos coloniais colidiram efetivamente” (SCHARATZMAN, 2007, p.132). O autor ressalta que, devido aos obstáculos naturais presentes nas regiões que pudessem haver conflitos entre os territórios de colonização portuguesa e espanhola, as outras fronteiras formaram-se seguindo algumas limitações naturais e sem tantos conflitos, enquanto a fronteira sul, possuindo regiões de fronteiras secas e sem nenhum tipo de limitação natural, os conflitos pelo território foram mais intensos e de longa duração, instaurando um caráter militar fortemente presente nessas sociedades, assim sendo, a Colônia de Sacramento é tratado por Scharatzman (2007) como uma das mais importantes.

Fernando Henrique Cardoso, em uma análise exaustiva da historiografia pertinente, sugere dois elementos que parecem caracterizar melhor a sociedade gaúcha. O primeiro é a influência generalizada da experiência militar na psicologia, estrutura econômica e organização social do sul. As pressões psicológicas de um estado de beligerância contínua, cominadas as características específicas da guerra de fronteira, levariam a necessidade de lideranças fortes, dotadas de coragem e audácia pessoas bem-definidas. A consequência teria sido a existência de uma ordem militar que não era necessariamente rígida, já que não se burocratiza, mas que se centrava em caudilhos fortes e personalísticos [...]. Gradualmente, a terra foi sendo distribuída entre os chefes e caudilhos militares, e a indústria do charque começou a se desenvolver, exportando para o Norte. (SCHARATZMAN, 2007, p. 132-133)

Ou seja, apesar dos estratos sociais dentro das tropas militares gaúchas serem flexíveis, a visão de liderança, chefia, coragem e bravura eram características essenciais para alcançar altos postos dentro desta comunidade, assim sendo, essas características infiltraram-se fortemente no ideal desse povo moldando assim não somente as relações militares, mas as outras relações de conduta e de poder, militarizado assim todos os aspectos da população local (SCHARATZMAN, 2007).

Martins (2001) aponta que a região fronteira do Rio Grande do Sul foi por muitos anos comandada por estancieiros (grandes proprietários de terra e de gado) que além de concentrarem o poder econômico do estado, eram os responsáveis pela segurança e defesa das fronteiras do estado nas batalhas contra a colônia espanhola pelo território, concentrando também o poder militar daquela região. E por essa causa Soares (2007, p.1), diz que “no contexto da região sul do Brasil, consideramos a rede urbana gaúcha a mais dinâmica, complexa e hierarquizada, espelhando a projeção de mais de dois séculos de história da sociedade sobre o território”.

O segundo elemento que surge com a militarização de todos os aspectos da vida é a privateização das diversas formas de autoridade, civil ou militar. Caudilhos militares tinham suas próprias tropas, usadas em ataques privados aos jesuítas, espanhóis ou outros, em tempos de paz, mas que podiam ser mobilizadas pela coroa portuguesa em tempos de guerra formal. As terras eram distribuídas de acordo com a influência e o poder militar tanto quanto os privilégios de taxaço e de administração da justiça. (SCHARATZMAN, 2007, p.133)

Assim sendo, para se ter privilégios nessa região era necessário possuir boas aptidões militares, mas Soares (2007) aponta que, apesar dessa tradição militar e do pensamento conservador presentes nesta região:

No longo século XX a urbanização do Rio Grande do Sul seguiu as tendências de urbanização da sociedade brasileira, passando de uma maioria de população rural em 1940 (68,85%), para uma situação de amplo predomínio da população urbana (67,55% em 1980 e mais de 80% segundo o Censo 2000). Mais do que números, as taxas da urbanização refletem o processo de desenvolvimento do capitalismo e as formas de apropriação do território por diferentes circuitos e estruturas produtivas. Devemos incluir nestes fatores as políticas intervencionistas do Estado (em nível federal e estadual) e sua atuação na ordenação intra e inter-urbana. (SOARES, 2007, p.1-2)

Assim sendo, apesar das cidades gaúchas apresentarem um nivelamento com os outros estados brasileiros em questão de urbanização, os costumes, hábitos, tradições e heranças conservadoras decorrentes do processo de colonização essencialmente militar, presentes em especial na região na região fronteira do Rio Grande do Sul, ainda possuem força expressiva.

Trata-se de uma situação de tensão constante entre a privatização do status político e militar e a publicização da ordem privada, e ela talvez explique a persistência da tradição militar e guerreira no Rio Grande do Sul muito depois de consolidada a fronteira com a Argentina. (SCHARATZMAN, 2007, p. 133-134)

Decorrente desses conflitos constantes, as forças política e militar estiveram por muito tempo associadas a uma única pessoa na região fronteira do Rio Grande do Sul, portanto, esses valores conservadores ficam ainda mais visíveis. Martins (2001, p.20) aponta que, “muitos historiadores falam do caráter militar que, desde o primeiro instante, foi decisivo na formação da mentalidade coletiva. A sociedade rio-grandense teria se formado dentro de um grande acampamento militar”.

Quadro 2 - Argumentos: Mentalidade conservadora.

ARGUMENTO	SÍNTESE	SUPORTE PARA HIPÓTESE
1 -Colonização extrativista	Concentrou as fontes de riqueza nos latifúndios e atrasou a industrialização.	Demonstra uma dinâmica predatória de colonização que pode ter criado mecanismo conservadores relativos a práticas autônomas tais como a economia compartilhada, num sistema de individualismo competitivo ou seja esse elemento sustenta nossa

		hipótese da mentalidade conservadora, elitista e competitiva
2 -Estado Absoluto, governado por um estamento burocrático, centralizador	Definiu sistemas hierárquicos bem delimitados e acrescentou maior valor a algumas funções exercidas dentro da sociedade do que a outras.	Demonstra uma dinâmica de instituição estatal que fixa de hierarquização e posse de poder social e político na elite que tenta a todo custo manter o status quo, aumentando cada vez mais as desigualdades, sustentando a hipótese de que as desigualdades sociais impeçam o uso dos aplicativos.
3 -Privatização do status político e militar e a publicização da ordem privada	Fortaleceu as características militares como ideal de sociedade na região, militarizando as relações estabelecidas em todos os âmbitos sociais e privados.	Militariza todas as relações sociais, políticas e pessoais estipulando um modo de comportamento operante que fixa uma determinada conduta de acordo com a posição social em que a pessoa se enquadra, sustentando aqui a possibilidade de haver preconceitos e rejeição ao novo, o que inclui os aplicativos e as novas formas de consumo mais conscientes.

Fonte: elaboração própria.

Ou seja, esse argumento é sustentado pela demonstração de uma dinâmica predatória de colonização, de instituição estatal que fixa de hierarquização e posse de poder social e político na elite que tenta a todo custo manter o status quo, e de militarização de todas as relações sociais, políticas e pessoais estipulando um modo de comportamento operante que fixa uma determinada conduta de acordo com a posição social em que a pessoa se enquadra que pode ter criado mecanismo conservadores relativos a práticas autônomas tais como a economia compartilhada, num sistema de individualismo competitivo que aumenta cada vez mais as desigualdades e possibilita a existência de

preconceitos e rejeição ao novo, sustentando assim a hipótese da mentalidade conservadora, elitista e competitiva onde desigualdades sociais são possíveis dificultadores do uso dos aplicativos e de novas formas de consumo mais conscientes.

3. AS POSSIBILIDADES DO USO CONSTANTE DOS APLICATIVOS

Com o objetivo de descobrir quais os hábitos de consumo que impedem a plena aderência e funcionalidade de aplicativos de economia compartilhada em São Borja, o presente capítulo foi articulado tendo como plano de fundo a hipótese 2, na qual acredita-se que exista um uso constante e em expansão dos aplicativos de economia compartilhada em São Borja. Essa hipótese é embasada por dois argumentos constitutivos que serão explorados a seguir, sendo eles: 3.1. a emergência da sociedade em rede; e 3.2. a emergência de uma geração que se preocupa com um futuro mais sustentável.

3.1. A emergência da sociedade em rede

Neste primeiro subtópico do segundo capítulo, abordaremos a temática da emergência da sociedade em rede e da ampliação do acesso aos dispositivos, com base em Castells (1999), Jenkins (2008), Coutinho (2014), Nonnenmacher (2012) e Mandel e Long (2017). Essas temáticas estarão divididas em dois subtópicos sendo eles: 2.1.1 A popularização da internet e 2.1.2. A popularização dos smartphones, que estão dispostos a seguir:

3.1.1. A popularização da internet

Partindo do problema de pesquisa, "quais os hábitos de consumo que impedem a plena aderência e funcionalidade de aplicativos de economia compartilhada na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul?", abordarmos aqui a popularização da internet para dar embasamento na segunda hipótese levantada, ou seja, que existe um uso constante e em expansão dos aplicativos de economia compartilhada na região oeste do Rio Grande do Sul, essa temática será abordada a partir de duas características: A) A sociedade em rede e, B) A sociedade convergente, descritas a seguir.

A primeira característica, A sociedade em rede, parte de Castells (1999). Segundo o autor, as consequências da revolução da tecnologia da informação, da crise econômica do capitalismo e estatismo e sua consequente reestruturação, somado ao apogeu dos movimentos sociais (feminismo, ambientalismo, direitos humanos), ocorridos em meados dos anos 70, nunca estiveram tão visíveis. A interação entre esses fatos desenvolveu e fez ascender nas últimas décadas, um sistema social de interação global, chamado de sociedade em rede, nos apresentando uma economia informacional/global e uma cultura de virtualidade real onde as interações ocorridas no mundo real se tornam cada vez mais

dependentes do que ocorre no mundo virtual, resultando em uma nova estrutura social dominante que se perdura até hoje, a sociedade em rede.

A revolução da tecnologia da informação motivou o surgimento do informacionalismo como a base material de uma nova sociedade. No informacionalismo, a geração de riqueza, o exercício do poder e a criação de códigos culturais passaram a depender da capacidade tecnológica das sociedades e dos indivíduos, sendo a tecnologia da informação o elemento principal dessa capacidade. A tecnologia da informação tornou-se ferramenta indispensável para a implantação efetiva dos processos de reestruturação socioeconômica. De especial importância, foi seu papel ao possibilitar a formação de redes como modo dinâmico e auto-expansível de organização da atividade humana. Essa lógica preponderante de redes transforma todos os domínios da vida social e econômica. (CASTELLS, 1999, p.411-412)

Segundo o autor, essa nova sociedade é embasada em uma nova economia, a economia informacional global, e em uma nova cultura, a cultura da virtualidade real, ou seja, cada vez mais as interações sociais, econômicas e culturais dependem de uma interação tecnológica para acontecer efetivamente, podendo inclusive acontecer somente no meio digital. Assim sendo, o virtual gera espaços de interação responsáveis por códigos sociais que, depois de assimilados, são utilizados no convívio social mesmo em ambientes não digitais, podendo interferir diretamente no exercício do poder e também na produção de riquezas, tornando os membros dessas sociedades cada vez mais dependentes das novidades tecnológicas para continuar realizando interações sociais, profissionais e pessoais, como por exemplo em situações nas quais comunidades virtuais de interação entre veganos decide divulgar produtos veganos que podem substituir produtos de marcas que fazem testes e utilizam substâncias advindas de origem animal, diminuindo assim efetivamente o lucro de empresas que continuam a realizar os testes (CASTELLS, 1999).

Nessa economia global interdependente, novos concorrentes, empresas e países, vieram reivindicar uma participação crescente na produção, no comércio e no trabalho. O surgimento de uma economia poderosa e competitiva na região do Pacífico e os novos processos de industrialização e expansão de mercado em várias regiões do mundo ampliaram o escopo e a escala da economia global, estabelecendo uma base multicultural de interdependência econômica. Por intermédio da tecnologia, redes de capital, de trabalho, de informação e de mercados conectaram funções, pessoas e locais valiosos ao redor do mundo ao mesmo tempo em que desconectaram as populações e territórios desprovidos de valor e interesse para a dinâmica do capitalismo global. (CASTELLS, 1999, p.412)

Essa economia informacional global formada pela sociedade em rede influencia no crescimento do capitalismo, pois, na medida as empresas e indústrias agora podem alcançar consumidores a níveis globais, também é ampliada a concorrência e a massificação da extração, produção e consumo em mesmo nível. Assim, a competição entre empresas torna-se muitas vezes desleal, pois empresas locais que dependem exclusivamente de fornecedores locais e de materiais em poucas quantidades acabam sendo esmagadas por grandes multinacionais que importam suas matérias primas da melhor opção de custo benefício entre todos os concorrentes mundiais possíveis de ser acionados através da internet, tornando seu produto final muito mais barato que o advindo de uma empresa local, mas de origens muito mais duvidosas, e o mesmo processo se repete no momento de um consumidor final adquirir um produto.

A economia informacional/global é capitalista; sem dúvida, mais capitalista que qualquer outra economia na história. Mas o capital está tão mudado quanto o trabalho nessa nova economia. A norma continua sendo a produção pelo lucro e para a apropriação privada dos lucros com base nos direitos de propriedade – o que constitui a essência do capitalismo. (CASTELLS, 1999, p.419)

Segundo Castells (1999), “as conseqüências desses progressos sobre as *relações das classes sociais* são tão profundas quanto complexas” (CASTELLS, 1999, p.421), pois segundo o autor, tende a aumentar tanto as desigualdades sociais quanto a sua polarização (aumento das duas extremidades sociais) como resultado da soma de três fatores, sendo eles: uma diferenciação entre mão de obra altamente produtiva e uma auto programável, genérica é dispensável; a individualização dos trabalhadores; e o fim gradativo do estado do bem-estar-social. Mas, segundo o autor, essa tendência ao aumento da desigualdade e da polarização podem ser combatida por via de políticas públicas deliberadas.

Assim adentramos na nossa segunda característica, Sociedade Convergente, que só se torna possível a partir da emergência da sociedade em rede. Jenkins (2008) chama de cultura da convergência, que ele define como “fluxo de conteúdo através de múltiplos suportes midiáticos” (JENKINS, 2008, p.27). Sendo essa, segundo o autor, uma das formas de cultura participativa principais desenvolvidas a partir da internet, pois a partir

dela todos podem se tornar produtores e consumidores de conteúdos e interações, possibilitando interligar conteúdo de um mesmo produtor em diferentes mídias e suportes.

A expressão cultura participativa contrasta com noções mais antigas sobre passividade dos espectadores dos meios de comunicação. Em vez de falar de produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados, podemos agora considerá-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo. (JENKINS, 2008, p.28)

Ou seja, para Jenkins (2008) a partir da cultura da convergência os papéis de produtor e receptor passam a ser mesclados dentro das mídias, sendo possível que todos agora se tornem produtores de conteúdos que serão consumidos por outras pessoas que podem interagir com aquele conteúdo e produzir outra forma de conteúdo a partir daquele. Além disso, os antigos detentores das mídias continuar existindo, mas precisam se adaptar às novas formas de produção e disseminação do conteúdo através da internet que estão em constante mudança.

O consumo tornou-se um processo coletivo - e é isso que esse livro entende por inteligência coletiva, expressão cunhada pelo cinéfilo francês Pierre Lévy. Nenhum de nós pode saber tudo; cada um de nós sabe alguma coisa; e podemos juntar as peças, se associarmos nossos recursos e unirmos nossas habilidades. A inteligência coletiva pode ser vista como uma fonte alternativa do poder midiático. Estamos aprendendo a usar esse poder em nossas interações diárias dentro da cultura da convergência. Nesse momento estamos usando esse poder coletivo principalmente para fins recreativos, mas em breve estaremos aplicando essas habilidades a propósitos mais “sérios”. (JENKINS, 2008, p.28)

Essa inteligência coletiva abordada por Jenkins (2008) é o que aqui podemos apontar como o início dos sistemas colaborativos existentes através da internet atualmente, entre eles os aplicativos de economia compartilhada, onde cada um produz seu conteúdo, criando uma rede de colaboração na qual todos possuem um objetivo em comum a ser atingido. Sendo assim o consumo colaborativo é facilitado pelas novas possibilidades que surgem através da popularização da internet.

Quadro 3 - Argumentos: Popularização da internet.

ARGUMENTO	SÍNTESE	SUPORTE PARA HIPÓTESE
-----------	---------	-----------------------

1 -A sociedade em rede	A partir do desenvolvimento tecnológico, da popularização da internet e do surgimento dos dispositivos móveis a conexão torna mais possível a interação entre pessoas com os mesmos interesses.	Demonstra que a dinâmica atual de interação global somente é possível a partir da existência da sociedade em rede e que essa sociedade possibilita interações sociais virtuais com resultados efetivos no cotidiano da população mundial atualmente, tornando possível o suporte de que através dessa rede torna-se possível a hipótese de que o uso de aplicativos de economia compartilhada seja constante e em expansão.
2 -A sociedade convergente	Possibilita que todos produzam e interajam com conteúdos criados por pessoas comuns em todo mundo, descentralizando o papel de produtor e consumidor das mídias.	Ao possibilitar que todos produzam e divulguem seus ideias a partir da sociedade convergente, torna-se mais possível a disseminação de um ideal de consumo diferente do que vem sendo empregado na sociedade, além de possibilitar que a rede seja efetiva para realizar anúncios, trocas e interações de conteúdo em aplicativos de economia compartilhada, sustentando assim a hipótese de que a emergência de uma sociedade em rede possibilita um uso constante dos aplicativos.

Fonte: elaboração própria.

Assim sendo, ao demonstrar que a dinâmica atual de interação global somente é possível a partir da existência da sociedade em rede e que essa sociedade possibilita interações sociais virtuais nas quais todos produzem e consomem conteúdos advindos de qualquer lugar do mundo e não apenas das empresas detentoras das mídias mas também, de pessoas comuns que estão demonstrando suas opiniões e causas através da cultura da convergência sustenta-se aqui que tanto a emergência de uma sociedade em rede quando a possibilidade de uma cultura da convergência possibilita um uso constante e em expansão dos aplicativos.

3.1.2. A popularização dos *smartphones*

Outro elemento necessário elucidar para responder o problema de pesquisa, "quais os hábitos de consumo que impedem a plena aderência e funcionalidade de aplicativos de economia compartilhada na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul?", é a popularização dos *smartphones* e seu impacto na sociedade. Esse elemento também é utilizado aqui para dar embasamento na segunda hipótese levantada, ou seja, que existe um uso constante e em expansão dos aplicativos de economia compartilhada na região oeste do Rio Grande do Sul. Essa temática será abordada a partir de duas características: A) A ascensão dos dispositivos móveis e B) O desenvolvimento de aplicativos, descritas a seguir.

Estudar a ascensão dos *smartphones* impacta diretamente em nosso problema de pesquisa uma vez que o uso de aplicativos de economia compartilhada só é possível a partir desta ascensão que democratiza o acesso a esses e outros aplicativos e assim influencia diretamente na aceitação e usabilidade desses dos aplicativos, uma vez que sem o acesso ao dispositivo o seu uso não é possível.

Em relação a primeira característica desse argumento, a ascensão dos dispositivos móveis, Coutinho (2014) destaca que a partir da popularização do acesso aos dispositivos computacionais móveis, como os laptops por exemplo, e do acesso a internet ocorridos na transição entre o séc. XX e XXI., surge então o Smartphone, termo que em tradução literal significa “telefone inteligente” e que segundo o autor, apesar de apresentar bastante controvérsia sobre a definição exata “vêm sendo frequentemente utilizado pela indústria como sinônimo para telefones celulares de altíssima tecnologia” (COUTINHO, 2014,

p.13-12), que se possuem agregam funções que até eram realizadas por diversos dispositivos separadamente.

O que chamamos de telefone celular é um Dispositivo (um artefato, uma tecnologia de comunicação); Híbrido, já que congrega funções de telefone, computador, máquina fotográfica, câmera de vídeo, processador de texto, GPS, entre outras; Móvel, isto é, portátil e conectado em mobilidade funcionando por redes sem fio digitais, ou seja, de Conexão; e Multirredes, já que pode empregar diversas redes, como Bluetooth [...], internet (Wi-Fi ou Wi-Max) e redes de satélites para uso como dispositivo GPS. (LEMOS, 2007, p. 25, *apud*, COUTINHO, 2014, p.13)

Outra característica bastante importante que caracteriza os *smartphones* é que, além de agregar diversas funções, eles são dispositivos móveis, o que permite (através da possibilidade de conexão em redes móveis de internet) que a conexão seja contínua, e que estejamos conectados o tempo inteiro em qualquer parte do planeta. Coutinho (2014), aponta que um conceito de Smartphone suficientemente completo é o conceito apresentado pelo estudo A Risk Of Assessment Method for smartphones, dos pesquisadores Marianthi Theoharidou, Alexios Mylonas e Dimitris Grizalis, do Departamento de Informática da Athens University of Economics and Business (AUEB). Nesse estudo os autores definem Smartphone como:

Um celular com capacidade avançada, que executa um sistema operacional identificável permitindo aos usuários estenderem suas funcionalidades com aplicações terceiras que estão disponíveis em uma loja de aplicativos [...] devem incluir um hardware sofisticado com: a) capacidade de processamento avançada (CPUs modernas, sensores) b) Capacidade de conexões múltiplas e rápidas (Wi-Fi, HSDPA) e c) tamanho de tela adequado e limitado. Além disso, seu Sistema Operacional deve ser claramente identificável, como Android, Blackberry, Windows Phone, Apple's IOS, etc. (THEOHARIDOU; MYLONAS; GRITZALDIS, p. 3, *apud*, COUTINHO, 2014, p.13)

Assim sendo, a segunda característica dessa sessão, o desenvolvimento de aplicativos, conforme apontado por Coutinho (2014), é resultado da evolução tecnológica que ao desenvolver os Smartphones é indispensável também para que seja possível o desenvolvimento e uso de aplicativos seja possível atualmente. Segundo Nonnenmacher (2012), os “aplicativos são pequenos softwares instalados em sistemas operacionais de

smartphones ou *tablets*, com a possibilidade de acessar conteúdos *on-line* e *off-line*”. Fling *apud* Nonnenmacher (2012) explica que existem dois tipos de aplicativos, aplicativos móveis para web e aplicativos nativos. Para o autor, os aplicativos móveis para web são aqueles que não necessitam ser instalados ou compilados ao dispositivo móvel e ao mesmo tempo permitem aos usuários interação em tempo real, proporcionando ações dentro do aplicativo, enquanto os aplicativos nativos são aqueles que fazem uso dos recursos de hardware disponibilizados pelo dispositivo, ou seja, aqueles que fazemos download e ocupam espaço de armazenamento no dispositivo.

Por fim, os aplicativos nativos estão disponíveis na maioria dos dispositivos, trabalhando *on-line* e *off-line*, acessando a serviços de localização e os sistemas de arquivos. Por serem aplicações criadas utilizando-se os recursos de *hardware* disponibilizados, esse tipo de aplicativo pode aproveitar de forma completa os diversos recursos que o dispositivo móvel oferece. (NONNENMACHER, 2012, p.20)

Fling *apud* Nonnenmacher (2012), também define que existem aplicativos desse tipo com diferentes funcionalidades sendo elas as seguintes: utilitários (como os relógios mundiais, por exemplo), localização (mapas, gps, etc), informação (aplicativos de notícias por exemplo), produtividade (aqueles que tem por objetivo oferecer maior eficiência ao consumidor (como os aplicativos de edição de fotos por exemplo) e tela cheia ou *Full Screen* (aqueles que prendem a atenção do usuário por um longo período de tempo, como aplicativos de vídeo ou jogos).

Por terem acesso aos recursos do aparelho, normalmente é requisitado que esse tipo de aplicativo passe por uma aprovação por parte da empresa desenvolvedora da plataforma, essa condição garante que nenhum aplicativo malicioso seja aprovado e liberado para instalação nos aparelhos. (NONNENMACHER, 2012, p.20)

A condição apontada Nonnenmacher (2012) na citação acima torna-se extremamente importante no contexto contemporâneo uma vez que atualmente a oferta de aplicativos é infinita, existindo aplicativos para os mais diversos fins, com atualizações constantes e novas aplicações são desenvolvidas a cada dia, com o objetivo de suprir necessidades que até então eram desenvolvidas com um grau de comodidade menor, pois

necessitavam deslocamento, ou aparelhos específicos, como por exemplo os aplicativos de compra e entrega de comida, nos quais são realizadas todas as etapas de um processo de compra sem a necessidade de deslocamento do comprador até o ambiente físico.

Segundo Mandel e Long (2017, p.4), a demanda nacional por aplicativos vem crescendo conforme a o número de pessoas com *smartphones* também se expande, conforme os autores “A porcentagem de adultos no Brasil que possuem um smartphone quase triplicou de 2013 a 2015, seguindo um relatório do Pew Research Center em 2016.5 Em 2015, 61% dos brasileiros de 18 a 34 anos possuíam um smartphone” e isso faz com que a economia de aplicativos, ou seja, o mercado movido pelo desenvolvimento e consumo de aplicativos, apresente um nível de crescimento impressionante, principalmente nos países em que esse mercado é considerado emergente, sendo o Brasil, segundo apontado pelos autores, o líder da América Latina no uso de aplicativos.

Quadro 4 - Argumentos: Popularização dos smartphones

ARGUMENTO	SÍNTESE	SUPORTE PARA HIPÓTESE
1 -A ascensão dos dispositivos móveis	Através do desenvolvimento tecnológico atualmente existe a possibilidade de conexão mundial em tempo integral em qualquer lugar.	Ao possibilitar o acesso ao maior número possível de pessoas através de conexões constantes com pessoas com os mesmos interesses a interação em rede torna-se mais dinâmica, o que possibilita que todos encontrem o resultado do que estão buscando, assim apresentando suporte para o uso constante e em expansão dos aplicativos
2 -O desenvolvimento de aplicativos	Novas aplicações são desenvolvidas para suprir necessidades em redes de interesses em comum com maior comodidade.	Ao agregar um número maior de pessoas interessadas no mesmo objetivo em um único ambiente digital as possibilidades de interação sociais virtuais efetivas aumentam potencialmente,

		sustentando assim a possibilidade de uso constante e em expansão dos aplicativos
--	--	--

Fonte: elaboração própria.

Portanto, ao possibilitar o acesso ao maior número possível de pessoas através de conexões constantes com pessoas com os mesmos interesses e agregar um número maior de pessoas interessadas no mesmo objetivo em um único ambiente digital as possibilidades de interação sociais virtuais efetivas aumentam potencialmente tornando-as mais dinâmicas e possibilitando que todos encontrem o resultado do que estão buscando, sustentando assim a possibilidade de uso constante e em expansão dos aplicativos.

3.2. A emergência de uma nova geração preocupada com a sustentabilidade

Neste segundo argumento do segundo capítulo, para responder ao problema de pesquisa, "quais os hábitos de consumo que impedem a plena aderência e funcionalidade de aplicativos de economia compartilhada na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul?", com base na segunda hipótese, de que na verdade existe um consumo constante e em expansão dos aplicativos, será abordada a emergência do consumo colaborativo como uma possibilidade de contorno ao colapso capitalista decorrente da extração exacerbada e do alto custo de manutenção do mesmo, com base em Quintana e Hacon (2011), Martine e Alves (2015), e Nascimento, Bittencourt e Gavioli, (2018), Zanirato e Rotondaro (2016), Botsman e Rogers (2011), Capozzi, Chizzola e Hayashi (2018) e Silva, Lopes, Almeida e Franco (2019). Essa temática está dividida em 2 sub-tópicos sendo eles: 3.2.1. A resposta a revolução industrial e 3.2.2. A possibilidade de novas formas de troca, que serão abordados a seguir:

3.2.1. A resposta a revolução industrial

Um elemento fundamental para compreender a questão como um todo e assim chegar a uma possível resposta para o problema de pesquisa, "quais os hábitos de consumo que impedem a plena aderência e funcionalidade de aplicativos de economia compartilhada na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul?", é o impacto causado pela

revolução industrial e o capitalismo atual e como os aplicativos de economia compartilhada podem ajudar a minimizar os rastros de destruição acarretados pelos mesmos. Esse elemento é aqui elucidado para dar embasamento na segunda hipótese levantada, ou seja, que existe um uso constante e em expansão dos aplicativos de economia compartilhada na região oeste do Rio Grande do Sul, essa temática será abordada a partir de duas características: A) Consumo em massa B) Crise do capitalismo, descritos a seguir.

Em relação a primeira característica, Consumo em massa, Quintana e Hacon (2011) reforçam que “o breve século XX terminou deixando uma profunda inquietação e uma complexa crise no seu escopo mais genérico” (QUINTANA e HACON, 2011, p.428). Os autores afirmam ainda que, apesar da onda de desempregos em massa e inflação em altas nunca vistas, o grau de dependência entre as economias mundiais mesmo assim não chegava perto dos níveis de dependência mundial entre as economias apresentados atualmente, decorrente da sociedade em rede e da cultura da convergência.

A crise que caracteriza o final do século XX e o começo do novo milênio, composta não apenas pela sua vertente econômica, social e política mais evidente, mas também permeada pela contestação a velhos paradigmas, qualifica-se por um grau de intensidade e capilaridade muito maior que as suas antecessoras. Pela primeira vez na história, o grau de integração em que se encontra a humanidade alcança níveis de causa e efeito nunca antes experimentados pelas culturas humanas. (QUINTANA e HACON, 2011, p. 428)

Em meio a esse contexto, os autores destacam também a emergência de questões ambientais a níveis locais e globais como consequência dos modos de produção capitalistas e na forma desenfreada que o capitalismo utiliza os recursos naturais, sem levar em consideração o ritmo de reprodução da natureza, gerando assim escassez dos recursos.(QUINTANA; HACON, 2011, p. 428), que acarreta tanto pela crise ambiental, quanto pela crise do capitalismo.

A crise ambiental aparece, assim, como aquela capaz de lembrar à humanidade – ou ao menos àqueles que insistem na reprodução ilimitada do capital – que existem limites físicos, orgânicos e químicos para a sua expansão. Para alguns autores, como James O’Connor (2002), o sistema capitalista, ao pressupor o abastecimento ilimitado das condições de produção, incluindo a força de trabalho e a natureza, coloca em risco a própria reprodução do capital, gerando, o que ele chamou, de segunda contradição do capitalismo. (QUINTANA e HACON, 2011, p. 428)

Quintana e Hacon (2011) apontam ainda, o próprio sistema capitalista como gerador da crise das condições de produção, pois segundo os autores a soma da violação das forças de trabalho e da exploração da natureza em larga escala geram a elevação dos custos do próprio processo produtivo, e assim o sistema capitalista incorpora esse custo elevado e soma ele ao lucro, impactando diretamente nas desigualdades sociais geradas pelo capitalismo, pois intensifica a dificuldade de acesso pelas classes mais baixas.

A crise contemporânea é crônica e permanente, isto é, desde meados dos anos 1960 e início dos 1970 os ciclos de expansão que conformam a história do capitalismo encontram-se mergulhados em uma profunda depressão. Uma vez que se intensifica a dicotomia entre a produção visando à satisfação das necessidades humanas e aquela voltada para a própria valorização do capital, graves consequências podem ser identificadas como, por exemplo, a precarização estrutural do trabalho e a deterioração das condições ambientais em escala global. (QUINTANA e HACON, 2011, p. 439)

Sendo assim, para Quintana e Hacon (2011) o sistema capitalista da forma que está sendo desenvolvido atualmente é incoerente e insustentável a longo prazo. Martine e Alves (2015) concordam com Quintana e Hacon (2011) ao afirmarem que “com o aprofundamento do processo de globalização, avistam-se graves crises ambientais e sociais, enquanto a trajetória da própria economia também apresenta sinais de exaustão do modelo hegemônico” (MARTINE e ALVES, 2015, p.2). Esses autores ressaltam várias das fronteiras ecológicas globais já foram ultrapassadas e que precisam ocorrer mudanças profundas e urgentes no modo de vida da civilização atual levando em consideração os limites.

Como resultado da “grande aceleração” do desenvolvimento social e econômico a nível mundial desde 1950, a quantidade de bens e serviços disponíveis para os habitantes do globo cresceu muito em pouco tempo. Mas todo esse sucesso humano depende fundamentalmente do uso de recursos naturais não renováveis (IGBP, 2015). O conjunto de graves alertas ambientais nos obriga a revisar urgentemente o argumento de que a engenhosidade humana, os mecanismos do mercado e o desenvolvimento tecnológico vão continuar sendo capazes de superar qualquer crise. (MARTINE e ALVES, 2015, p.12)

Segundo Martine e Alves (2015), a mesma globalização que melhorou as condições de vida de bilhões de pessoas através do crescimento econômico e de acesso, é a

globalização que acelerou o ritmo da degradação ambiental através da massificação dos processos de extração, produção e descarte. Mas os autores apontam também que é justamente esse processo que limita a possibilidade de extensão dos benefícios do “desenvolvimento” a toda a crescente população mundial.

A cultura do consumo pode ser considerada a maior força humana destas décadas, superando religiões, crenças, ideologias, etnias ou partidos políticos. Esta motivação do consumo, ao funcionar eficazmente em nível individual, tem uma forte capacidade de mobilização em âmbito agregado. A busca da felicidade pelo consumo, por mais efêmera que seja, alimenta o aumento constante da produção que dinamiza o crescimento econômico. Sendo eficiente na promoção do crescimento econômico e, portanto, na redução da pobreza, esse modelo é agressivamente promovido não somente pelo mercado e pelas empresas, mas também por todos os governos nacionais e os organismos de desenvolvimento internacionais. Fomentar o consumo passou a constituir a essência do paradigma de desenvolvimento. (MARTINE e ALVES, 2015, p.17-18)

Em relação a segunda característica desse argumento, Crise do capitalismo, Martine e Alves (2015) apontam que, “o atual sistema econômico está nos levando para um futuro insustentável” (MARTINE e ALVES, 2015, p.14), ressaltam que no decorrer da humanidade, outras civilizações seguiram ciclos de ascensão, que ao acabarem estagnadas em valores tradicionais e sem capacidade de alterar os rumos entram em colapso, mas segundo os autores “nenhuma civilização se arriscou tão deliberadamente a sofrer devastação tão generalizada quanto a nossa!”(MARTINE e ALVES, 2015, p.14), e apresenta como argumentos o degradação da biosfera e as alterações climáticas pelas quais o planeta está passando.

Outros autores que concordam com a visão de Quintana e Hacon (2011) e Martine e Alves (2015) são Nascimento, Bittencourt e Gavioli, (2018). Esses autores afirmam que atualmente a humanidade chegou “em um nível de consumo humano em que muitas são as demonstrações, principalmente por parte da natureza, de que esse ritmo de exploração dos recursos naturais e da força de trabalho humana não poderá ser mantido por muito tempo” (p.76), pois a natureza não tem sido recomposta no mesmo ritmo que tem sido explorada, e assim sendo logo os recursos tornaram-se extremamente raros e por consequência terão custos mais altos e serão mais excludentes ainda.

O que se observou até os dias de hoje na lógica capitalista foi a busca desenfreada pelo lucro acima de tudo e de todos, a exploração da natureza e dos seres humanos para a obtenção dos objetivos econômicos em curto prazo, movida pela ganância, pelo egocentrismo e pela sede de poder. Essas

características e valores refletem uma completa negligência em relação às questões ambientais e sociais decorrentes do consumismo exacerbado, da produção altamente acelerada de bens de consumo não duráveis, do descarte irresponsável de materiais e produtos obsoletos e/ou sem utilidade no meio ambiente, da exploração desproporcional da mão-de-obra nos diversos setores produtivos da economia, e da disparidade social gerada pela posse de bens e serviços e da inclusão social condicionados ao poder aquisitivo das pessoas (aliado à má distribuição de renda em várias partes do mundo). (NASCIMENTO, BITTENCOURT e GAVIOLI, 2018, p.77-78)

Nascimento, Bittencourt e Gavioli (2018) ao afirmarem que o consumo sempre existirá, recuperam a Lei de Lavoisier para lembrar que: nada se cria, nada se perde, tudo se transforma. Portanto, os recursos explorados da natureza de forma exacerbada para produção de bens não duráveis que sustentam o capitalismo, acabam gerando também, por consequência da obsolescência programada, grandes níveis de produção de resíduos sólidos, que são em sua maioria descartados inadequadamente. Como solução para que esse impacto seja reduzido, os autores sugerem a adesão de hábitos mais sustentáveis, visando reduzir os impactos gerados e assim evitar ao máximo os danos que vêm sendo gerados pela humanidade de forma muito mais expressiva a partir da revolução industrial.

A economia compartilhada surgiu como uma resposta aos efeitos e consequências do hiperconsumo que se instaurou na economia mundial nas últimas décadas, mas essa resposta pode também significar uma mudança profunda e definitiva. (NASCIMENTO, BITTENCOURT e GAVIOLI, 2018, p.70-71)

A necessidade de uma revisão nos hábitos de consumo é apontada por Nascimento, Bittencourt e Gavioli (2018) como um dos motivos para a emergência do consumo colaborativo, devido à escassez dos recursos e à urgência de se preservar o meio ambiente; mas essa emergência também deve ser observada, segundo os autores como “uma manifestação do instinto humano de se viver em grupo, de cooperar e viver coletivamente” (NASCIMENTO, BITTENCOURT E GAVIOLI, 2018, p.75), instinto esse que havia sido por muito tempo deixado em segundo plano em função do egocentrismo individualista do capitalismo, que ao influenciar cada vez mais o consumo também influencia para que os indivíduos visem cada vez mais riquezas para ter acesso a mais produtos, e assim esses indivíduos se submetem a cargas horárias de trabalho exorbitantes e que os privam do convívio social saudável em comunidade e partilha.

Ainda que o consumo colaborativo e a economia compartilhada tenham se desenvolvido de forma bastante acelerada nos últimos anos, e incluindo-se nesse processo de desenvolvimento o Brasil, ainda pode ser percebida uma grande lacuna no que se refere a estudos que relacionem esse crescimento do consumo colaborativo com o desenvolvimento sustentável. As iniciativas compartilhadas e colaborativas têm se desenvolvido, de certa maneira, de uma forma um tanto quanto espontânea, ou, melhor dizendo, sem um direcionamento efetivo no sentido de potencializar seus benefícios para o meio ambiente e para as pessoas. Pode ser notada nas práticas compartilhadas e cooperativas uma grande potencialidade no sentido de criar sistemas mais limpos e menos danosos ao meio ambiente e à sociedade. (NASCIMENTO, BITTENCOURT e GAVIOLI, 2018, p.70-71)

Ou seja, com base em Quintana e Hacon (2011) e Martine e Alves (2015) e Nascimento, Bittencourt e Gavioli, (2018), a humanidade precisa revisar urgentemente seus hábitos de consumo para que assim possa haver uma mudança no sistema capitalista no qual vivemos atualmente e nas consequências por ele geradas. E atualmente o consumo colaborativo é uma possibilidade de consumo sustentável que associado a outras revisões de consumo (consumir somente o necessário, consumir o mínimo de produtos oriundo de materiais não renováveis, entre outros) torna viável reduzir drasticamente os níveis de descartes desnecessários, além de influenciar no retorno de um comportamento mais humanizado entre as pessoas, recuperando a noção de coletividade.

Quadro 5 - Argumentos: Resposta a revolução industrial

ARGUMENTO	SÍNTESE	SUPORTE PARA HIPÓTESE
1 -Consumo em massa	A revolução industrial instaurou um sistema de consumo que não se preocupa com a escassez dos recursos naturais nem com a produção e descarte inadequado de resíduos sólidos	Ao visar uma redução da produção de resíduos sólidos e de consumo exacerbado, a economia compartilhada representa uma possibilidade redução dos impactos sociais causados pela revolução industrial, e assim representa uma possibilidade de uso constante e em expansão dos aplicativos.

2 -Crise do capitalismo	Matérias primas cada vez mais escassas, impossibilitam que o sistema capitalista seja mantido por muito mais tempo, pois o lucro não será mais possível decorrente dos grandes custos de produção.	A crise do sistema capitalista faz com que seja necessária uma revisão das formas de consumo, e assim abre espaço para a economia compartilhada prosperar, possibilitando um uso constante e em expansão dos aplicativos decorrente de uma maior consciência social.
-------------------------	--	--

Fonte: elaboração própria.

A crise do sistema capitalista faz com que seja necessária uma revisão das formas de consumo, e assim sendo, ao visar uma redução da produção de resíduos sólidos e de consumo exacerbado, a economia compartilhada representa uma possibilidade redução dos impactos sociais causados pela revolução industrial, e assim, através de uma maior consciência social possibilita um uso constante e em expansão dos aplicativos.

3.2.2. A possibilidade de novas formas de troca

Outro elemento igualmente fundamental para a questão ser compreendida por inteiro e assim chegar a uma possível resposta para o problema de pesquisa, "quais os hábitos de consumo que impedem a plena aderência e funcionalidade de aplicativos de economia compartilhada na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul?", é a possibilidade de execução de novas formas de troca e compartilhamento visando dar embasamento na segunda hipótese levantada, ou seja, que existe um uso constante e em expansão dos aplicativos de economia compartilhada na região oeste do Rio Grande do Sul. Assim sendo essa temática aborda duas características: A) Hiperconsumo B) Compartilhamento em rede, descritas a seguir.

Partindo da primeira característica, Hiperconsumo, que apesar da prática de compartilhar bens e recursos em grupo é uma das práticas primordiais da humanidade. Somente através dessa prática que foi possível a sobrevivência da raça humana e a formação de sociedades, conforme o fortalecimento das práticas capitalistas de mercado, o

compartilhamento foi substituído pela venda dos bens e recursos disponíveis e o hiperconsumo se estabeleceu em nossa sociedade.

À medida que as cidades desenvolveram uma maior densidade material e populacional, que os meios de comunicação e a mobilidade urbana passaram a expor os indivíduos à observação de outras pessoas, que não tinham outros meios de julgar a sua reputação, exceto mediante a exibição de bens que eles estivessem aptos a apresentar, as exigências por critérios de diferenciação social aumentaram de tal modo que o consumo superou o ócio como critério de decência, conferindo, assim, ao consumo, um lugar de destaque nas sociedades capitalistas. (ZANIRATO e ROTONDARO, 2016, p.79)

É a partir desse movimento de hiperconsumo que surge o conceito de Economia Compartilhada que segundo Botsman e Rogers (2011) “resgata comportamentos naturais dos seres humanos, como o compartilhamento e a troca [...] por meio da interconectividade [...] a economia compartilhada é constituída por práticas comerciais que possibilitam o acesso a bens e serviços, sem que haja, necessariamente, a aquisição de um produto ou troca monetária”. Ao contrário do sistema de consumo instaurado até então em nossa sociedade a economia compartilhada baseia-se em pessoas trabalhando de forma colaborativa, compartilhando ideias e práticas e gerando interações, promoções e vendas de produtos de forma cooperativa.

Pessoas com interesses semelhantes estão se reunindo para compartilhar e trocar ativos menos tangíveis como tempo, espaço, habilidades e dinheiro, o que chamamos de estilos de vida colaborativos. Estas trocas estão acontecendo em um nível local e incluem sistemas compartilhados para espaços de trabalho [...],bens [...], tarefas, tempo e recados [...], jardins [...], habilidades [...]. Mas os estilos de vida colaborativos também estão acontecendo no mundo todo à medida que a Internet permite que as pessoas coordenem, reduzam e transcendam limites físicos em atividades como o empréstimo social entre pares [...] e viagens[...]. Com frequência, é necessário haver um grau elevado de confiança quando se trata de estilos de vida colaborativos, pois muitas vezes o foco da troca é a interação entre seres humanos e não o produto físico. Consequentemente eles geram uma infinidade de relacionamentos e de conectividade social. (BOTSCHAN; ROGERS, 2011)

A partir da segunda característica, o compartilhamento em rede, podemos destacar que a troca e o empréstimo de bens sempre existiram, mas ficava restrito a uma rede de contatos bastante seleta que contava com apenas pessoa próximas. Com as facilidades tecnológicas presentes atualmente a possibilidade de expansão dessa prática aumenta para

um nível nunca visto antes. A rede construída através dos aplicativos de economia compartilhada nos possibilita dividir os custos de uma viagem de carro com um desconhecido ou em uma viagem emprestar a casa de uma pessoa que mora do outro lado do planeta, por exemplo, pessoas essas que também estão dispostas a oferecer e aceitar essas propostas de compartilhamento (CAPOZZI; CHIZZOLA; HAYASHI, 2018).

Na economia compartilhada, os usuários contam com um novo poder econômico que antes não sabiam que tinham. Os perfis criados nas mais diversas plataformas podem classificar os usuários como detentores de recurso, e que, portanto, serão aqueles que aspiram por compartilhar seus próprios recursos em troca de remunerações, e ou, outros benefícios, como também, classifica-los como usuários que buscam por recursos, e estão dispostos a pagar por seu acesso e utilização. (CAPOZZI et.al., 2018, p.24)

Ou seja, segundo Capozzi et. al. (2018) os aplicativos de economia compartilhada visam, através de meios digitais tentar recuperar os laços sociais e a noção de atuação em coletivo que formam enfraquecidos pela ascensão dos próprios dispositivos eletrônicos individuais. Dessa forma, Silva et. al., (2019) apontam que, através da economia do compartilhamento, a mesma tecnologia que afastou os laços sociais de proximidade está agora sendo utilizada para estabelecer relações saudáveis de troca e compartilhamentos espontâneos entre as pessoas.

A economia do compartilhamento está mudando não só o modo como entendemos oferta e demanda e a nossa relação com os bens materiais, mas também nossas relações pessoais. É como se a tecnologia que em algum momento nos afastou, agora estivesse nos colocando de volta para um movimento em que nos comportamos como uma vila, porém com laços que acontecem em escala global. A reputação volta a ter uma importância outrora esquecida, os nossos valores mudam e conhecer pessoas no meio desse caminho torna a experiência ainda melhor. (SILVA et.al, 2019, p.13)

Portanto, para Silva et. al., (2019) um dos pilares mais importantes da economia do compartilhamento é o fortalecimento de uma rede de pessoas dispostas a fazer parte desse estilo de vida colaborativo, pois assim, além de aumentar o número de pessoas que colaboram com um consumo mais sustentável, possibilita que se torne mais provável encontrar o que se busca através dessa rede

Becker (2003) completa este pensamento ao afirmar que a noção clara dos limites de dependência dos componentes naturais e dos limites de inserção do homem na natureza necessita ser mais bem dimensionada e esclarecida, as

sociedades humanas precisam ser vistas como parte fundamental da dinâmica do ambiente onde vivem e entenderem que a degeneração ao ambiente, degenera a própria sociedade. (SILVA et.al, 2019, p.p.11)

Ou seja, segundo os autores é possível haver um desenvolvimento sustentável, mas ele só será possível através do comprometimento coletivo da comunidade como um todo e que por isso esse processo se torna extremamente dinâmico.

Quadro 6 - Argumentos: Possibilidade de novas formas de troca.

ARGUMENTO	SÍNTESE-NO MÁXIMO TRÊS LINHAS	SUPORTE PARA HIPÓTESE
1 -O Hiperconsumo	A partir da necessidade constante de consumo instaurada pela lógica capitalista as interações sociais perdem forças abrindo espaço para um individualismo que está adoecendo a sociedade gerando crises pessoais que impactam no desenvolvimento social.	A partir dessa crise gerada pelo hiperconsumo tem-se buscado alternativas de menor impacto ambiental que recuperem também interações sociais saudáveis, abrindo espaço para a expansão dos aplicativos de economia compartilhada, conforme sustentado na hipótese 2.
2 -O compartilhamento em rede	Trocas e o empréstimos de bens sempre existiram, mas estão sendo facilitados pelo desenvolvimento tecnológico atual que aumenta a possibilidade de expansão dessa prática aumenta para um nível nunca visto antes	As possibilidades tecnológicas presentes atualmente possibilitam redes de interação de alcance mundial, o que possibilita uma mobilização mundial por causas em comum, e aqui essa interação favorece a ampliação de uma rede de trocas e empréstimos, que resulta num suporte a hipótese 2, de que exista um uso constante e em expansão dos aplicativos de economia compartilhada.

Fonte: elaboração própria.

Assim sendo, parte dessa crise gerada pelo hiperconsumo e das possibilidades tecnológicas de interação global presentes atualmente na sociedade, favorecem a interação em rede visando alternativas comuns de menor impacto ambiental que recuperem também interações sociais saudáveis, abrindo espaço para o uso constante e em expansão dos aplicativos de economia compartilhada, conforme sustentado na hipótese 2.

4. PERCURSO METODOLÓGICO PARA CONHECER A REALIDADE

4.1. PROBLEMA E HIPÓTESES

Segundo Lakatos e Marconi (2003) o problema de pesquisa "consiste em um enunciado explicitado de forma clara, compreensível e operacional, cujo melhor modo de solução ou é uma pesquisa ou pode ser resolvido por meio de processos científicos" (p.128). Assim sendo, tendo em vista o objetivo de compreender a dinâmica dos hábitos de consumo e por que podem impedir a plena aderência e funcionalidade de aplicativos de economia compartilhada nas cidades contemporâneas, construindo conhecimento que qualifique a análise sobre a realidade do escambo digital, utilizamos como ponto de partida o seguinte problema de pesquisa: Quais os hábitos de consumo que impedem a plena aderência e funcionalidade de aplicativos de economia compartilhada na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul?

Lakatos e Marconi (2003), apontam como passo seguinte a formulação do problema de pesquisa a formulação das hipóteses, que segundo eles representam "uma resposta "suposta, provável e provisória"" (p.128), e tem as funções de servir de guia para a pesquisa, auxiliar na interpretação dos dados e possibilitar inferências a partir dessa afirmação inicial. Então, para saber que dados buscar para responder essa questão problema, foram levantadas as seguintes hipóteses para a confirmação ou não:

A Hipótese 1, na qual acredita-se que haja pouco ou nenhum uso dos aplicativos de economia compartilhada em São Borja devido ao conservadorismo dos hábitos população, com base em 2 argumentos constitutivos: 1º argumento - o processo de colonização do Brasil, que acarretou nas desigualdades sociais presentes em nosso país até hoje; e 2º

argumento - a mentalidade conservadora da população das cidades de pequeno porte brasileiras, que acarreta em preconceitos em relação ao diferente e ao novo.

Hipótese 1 – Pouco ou nenhum uso - conservadorismo dos hábitos população

Nesta primeira hipótese, apresenta-se dois argumentos para que os aplicativos de economia compartilhada apresentem um grau baixo de usabilidade ou até mesmo nenhuma usabilidade em cidades de pequeno porte brasileiras. Como 1º argumento, temos o processo de colonização do Brasil, que acarretou nas desigualdades sociais presentes em nosso país até hoje, e como 2º argumento, a mentalidade conservadora da população das cidades de pequeno porte brasileiras, que acarreta em preconceitos em relação ao diferente e ao novo.

O 1º argumento é constituído por 2 elementos: a) no fato de a colonização do Brasil ter ocorrido de forma predatória, apoiada em trabalho escravo b) com bases ruralistas fortes, ligadas diretamente à existência de desigualdades sociais em nosso país:

- a) Colonização predatória com base em trabalho escravo: implica diretamente na atual conjuntura social e econômica do país. As periferias, tanto das grandes cidades quanto das pequenas, são um reflexo claro desse processo. A população que se aglomerou nas periferias é, em grande parte, descendente da população escrava do período colonial, que, após a abolição da escravatura, não recebeu nenhuma indenização pelas gerações escravizadas, afastadas de qualquer vínculo familiar e torturadas, além de nenhum “incentivo” governamental para poder tentar alcançar situação de paridade econômica ou social. Assim sendo, a escravatura foi abolida em papel, porém, na prática, muitos continuaram a ser escravos ou, em busca de trabalho remunerado, criaram comunidades em torno das cidades recém industrializadas por conta da necessidade de sobrevivência em uma sociedade extremamente desigual. Desigualdades essas que, até hoje, permanecem presentes em nossa sociedade. A população mais pobre continua se aglomerando em comunidades periféricas, com acesso restrito à saúde e à educação de qualidade, à tecnologia, entre outros, e tendo que assumir empregos, muitas vezes, apenas operacionais (subordinados) e mal remunerados por questão de sobrevivência. Por decorrência disso, aqui, acredita-se que, atualmente, o preconceito e as desigualdades sociais são decorrentes da escravatura, uma vez que as pessoas em

desvantagem social, muitas vezes, podem não ter acesso aos dispositivos necessários para fazer o uso dos aplicativos, ou, uma vez tendo acesso a eles, não apresentam conhecimento sobre os aplicativos ou nenhum objeto ou conhecimento que considerem aptos para realizar a troca, fazendo com que os aplicativos apresentem pouco ou nenhum uso.

- b)** As bases ruralistas: fortemente utilizadas no processo de colonização, implicam em reflexos apresentados na nossa sociedade atualmente. Um deles é, por exemplo, a concentração da riqueza e das terras férteis do país em grandes latifúndios, gerando ainda mais desigualdade. Além disso, muitos desses latifúndios foram por anos (e muitos continuam sendo) comandados em um sistema de quase servidão ao proprietário das terras. No sul do Brasil não foi diferente, por conta do sentimento de distanciamento do Império, decorrente da distância dos polos industriais e da desvalorização do território (uma vez que não apresentava nenhuma riqueza imediata para extração e exploração do império). Somado à proximidade da região platina do império espanhol, às constantes guerras por território e a definição tardia das fronteiras, os estancieiros (proprietários de terras e gados no Rio Grande do Sul) desenvolveram caráter militar na condução de suas estâncias. Encarregados das defesas e das principais fontes de economia do estado, juntos, os estancieiros formavam a classe dirigente no estado, e que de certa forma ainda mantém fortes influências na região. Por decorrência disso, aqui acredita-se que, atualmente, o preconceito e as desigualdades sociais decorrentes da escravatura, uma vez que as pessoas em desvantagem social, muitas vezes, podem não ter acesso aos dispositivos necessários para fazer o uso dos aplicativos, ou uma vez tendo acesso a eles, não apresentam conhecimento sobre os aplicativos ou nenhum objeto ou conhecimento que considerem aptos para realizar a troca, fazendo com que os aplicativos apresentem pouco ou nenhum uso.

O 2º argumento também é constituído por 2 elementos: c) Mentalidade Conservadora e d) baixo nível de industrialização das cidades de pequeno porte que acarretam no preconceito da população em relação ao novo:

- c) **Mentalidade conservadora no Brasil:** desde a colonização até a industrialização, os processos de transição de sistemas (político, econômicos, acordos sociais, etc.) em sua maioria (senão todos) foram articulados entre as classes dirigentes antes de chegar ao povo, sempre amenizando as revoltas das reivindicações do povo, mas com objetivo final de manter o sistema de classes brasileiro ativo. Essas transições “pacíficas” resultam na falta de um ponto de ruptura (revolução de baixo para cima, como aconteceu nas revoluções comandadas por operários ocorridas na Europa, por exemplo) da mentalidade autoritária e conservadora implementada pelas elites no Brasil desde esse processo de colonização. Assim sendo, a cultura instaurada no Brasil sempre foi e continua sendo uma cultura de serviços a favor dos “senhores” e não da população geral, ou seja, a mentalidade conservadora ainda reitera no subconsciente da população do Brasil. Por decorrência dessa mentalidade conservadora, a população se conforma com os processos existentes, sejam políticos, econômicos, comerciais, culturais, entre outros, e possui receio de experimentar novas formas de realizar esses processos, como no caso dos aplicativos de economia compartilhada, experimentar diferentes formas de realizar “comércio”, por exemplo.
- d) **Baixo nível de industrialização das cidades de pequeno porte:** As cidades contemporâneas do Rio Grande do Sul, em especial as cidades de pequeno porte, onde, devido ao baixo nível de industrialização apresentados, são tomadas como unidade básica de produção, com pouco desenvolvimento tecnológico empregado, limitando, assim, também a interação comercial apenas às regiões próximas daquelas que as cidades estão localizadas, não participando de um comércio de escala mundial, como no contexto de produção econômico-industrial paulista por exemplo, preservam visivelmente reflexos de todo esse processo de colonização de seu espaço nos costumes, crenças e tradições apresentadas na região, de caráter majoritariamente conservador, que influencia diretamente nos hábitos de consumo dessa população. A falta da industrialização instaura, assim, nas cidades de pequeno porte, um estado de conservação quase permanente das práticas já existentes, desconfiando do que é diferente por ser novo naquele contexto e fazendo com que a população não experimente tão avidamente as tecnologias que modifiquem tanto o cotidiano e o sistema de organização quanto o que os aplicativos de economia compartilhada se propõem a fazer a partir da mudança de padrões de consumo. E este constitui o

segundo argumento pelo qual, nessa hipótese, acredita-se que os aplicativos apresentem pouco ou nenhum uso.

Na Hipótese 2 acredita-se que exista um uso constante e em expansão dos aplicativos de economia compartilhada em São Borja, essa hipótese também é embasada por 2 argumentos constitutivos, sendo eles: 1º argumento - a emergência da sociedade em rede; e 2º argumento - a emergência de uma geração que se preocupa com um futuro mais sustentável.

HIPÓTESE 2 - Uso constante e em expansão

Nesta segunda hipótese, também são apresentados dois argumentos, mas agora para que os aplicativos de economia compartilhada apresentem uso constante e em expansão em cidades de pequeno porte brasileiras. Como 1º argumento, temos a emergência da sociedade em rede, e como 2º argumento, a emergência de uma geração que se preocupa com um futuro mais sustentável.

O 1º argumento é constituído por 2 elementos: a) a popularização da internet, e b) a popularização dos smartphones:

a) a popularização da internet: nessa hipótese, acredita-se que a ascensão de um sistema social de interação global nas últimas décadas, está nos fazendo passar progressivamente da produção, difusão e estoque de informação massificados (através da TV, rádio, imprensa,...), no qual a informação gerava uma repercussão local por alguns dias e voltava a repercutir apenas quando a grande mídia voltasse a tocar no assunto, para uma forma individualista, em que todos estamos interagindo, interligados através de um sistema, mas individualizados, cada qual no seu próprio dispositivo. Ou seja, atualmente, todos são produtores e difusores das informações que consideram importantes repercutir, sendo possível mobilizar um grupo maior de pessoas com o mesmo pensamento e objetivos. Assim sendo, com a internet, conectar pessoas com os mesmos interesses se tornou muito mais fácil, não limitando a interação em grupos de convívio isolados pela localidade onde a pessoa está inserida, mas sim interligando pessoas de lugares distintos que compartilham de interesses em comum, como o

interesse por trocar uma peça de roupa que não está sendo usada, por exemplo. Isso pode que acarretar no uso constante e em expansão dos aplicativos.

- b) a popularização dos smartphones: a massificação dos computadores pessoais e dos dispositivos móveis, além da popularização da internet, facilitou a execução de inúmeras atividades realizadas no cotidiano da população brasileira atual. Hoje em dia, é possível desde realizar transações bancárias até enviar comida para uma pessoa em outro estado sem sair do conforto de casa. Essas são algumas das facilidades proporcionadas pelos aplicativos para dispositivos móveis, que são criados a todo instante para realizar as mais diversas funções. Juntamente com o surgimento dos aplicativos, emerge (pós revolução industrial) também uma geração muito mais informada sobre o seu redor, o país e o mundo, com acesso às informações que quiser onde quiser, e a grupos de identificação que também se solidarizam com as mesmas causas, tornando essa uma geração mais engajada pelas causas sociais e preocupada com a finitude dos recursos naturais que as gerações passadas. Nesse contexto, fazem com que os aplicativos de economia compartilhada apresentem uso constante e em expansão nas cidades de pequeno porte, pois possibilitam a conexão de pessoas com mesmos interesses, apesar da distância.

O 2º argumento é constituído por dois elementos: c) uma resposta a revolução industrial, as práticas desenfreadas de consumo e a finitude dos recursos naturais, e d) possibilidade de novas formas de troca.

- c) A sociedade está cada vez mais ciente de que as práticas de consumo, influenciadas pela revolução industrial, estão aos poucos destruindo nosso planeta (assassinando espécies inteiras que confundem o nosso lixo com alimento, e causando o efeito estufa, responsável por queimadas e derretimento das geleiras). Consume-se muito, com muitas embalagens, e itens que ficam obsoletos muito rapidamente. Graças a essas práticas que muitas marcas se mantêm no mercado, porém, é notável que atualmente muitas marcas estão tendo que se adaptar a um consumidor que não quer participar mais desse ciclo, que se preocupa com o alto índice de produção de resíduos sólidos, com as futuras gerações e o futuro do planeta. Para essas pessoas que surgem, então, os aplicativos de economia compartilhada, que diferem das práticas tradicionais de consumo, onde a aquisição e o usufruto de um produto são o estágio final da cadeia de

produção. Na economia colaborativa, o consumo tem base em pessoas trabalhando de forma conjunta, compartilhando ideias e práticas e gerando interações e redes de colaboração, nas quais é possível satisfazer as necessidades de todos os colaboradores a partir da troca ou do compartilhamento, possibilitando ciclos de vida mais duradouros aos bens.

- d) possibilidade de novas formas de troca: a troca e o empréstimo de bens sempre existiu, mas essas práticas ficavam restritas a uma rede de contatos bastante seleta que contava com apenas pessoas próximas. Com as facilidades tecnológicas presentes atualmente, a possibilidade de expansão dessa prática aumenta para um nível nunca visto antes. Entre as muitas outras redes que a internet facilitou e agilizou (redes de trabalho, de estudos, de amizade, etc.) podemos encontrar em diversas plataformas (*Facebook*, sites, aplicativos, entre outros) uma rede de estranhos dispostos a realizar trocas e compartilhamentos. Os aplicativos de economia compartilhada surgem como facilitadores do contato entre essa rede de estranhos, possibilitando, por exemplo, dividir os custos de uma viagem de carro com um desconhecido, emprestar a casa de uma pessoa que mora do outro lado do planeta em uma viagem, como também conseguir emprestado algumas cadeiras de um vizinho de prédio com o qual você nunca conversou antes e se sentiria intimidado a pedir pessoalmente, por não saber se ele estaria disposto a emprestar. Ou seja, possibilitam que se saiba previamente quem está disposto, ou encontrar alguém disposto mais facilmente, e assim realizar mais trocas.

Assim sendo, a hipótese aqui apresentada assume que os aplicativos de economia compartilhada apresentam uso constante e em expansão em cidades de pequeno porte.

4.2. METODOLOGIA

Como abordagem metodológica foi utilizada pesquisa de levantamento de dados através de questionários online e material bibliográfico como instrumentos de pesquisa, utilizando critérios qualitativos para seleção do público e dos materiais. Segundo Kotler e Armstrong, a coleta de dados é a abordagem metodológica que melhor cumpre com a função de coletar informações descritivas. “a principal vantagem da pesquisa de levantamento é a sua flexibilidade- ela pode ser utilizada para obter vários tipos de informações em diferentes situações” (KOTLER; ARMSTRONG, 2008, p.91).

As desvantagens levantadas pelo autor quanto a essa abordagem são que talvez algumas pessoas não gostem de responder aos questionários por não lembrar ou nunca ter pensado a respeito da questão e não saber por que faz aquilo, deixando-as desconfortáveis.

Por conta do público que faz uso de aplicativos ser o alvo desta pesquisa, a abordagem ser através da internet é viável, uma vez é necessário o uso da internet para acessar a grande maioria dos aplicativos. O uso da internet para aplicação de pesquisa tem como principais vantagens apontadas por Kotler e Armstrong (2008), a velocidade e o custo baixo de aplicação em relação a outras abordagens metodológicas sugeridas em seu livro.

4.2.1 TIPO DE TÉCNICAS DE PESQUISA

Realizamos uma pesquisa de recepção, de cunho qualitativo-exploratório, ou seja, uma pesquisa aplicada que é considerada qualitativa, pois os materiais estudados e o público selecionado para a aplicação da pesquisa foram previamente delimitado segundo critérios de seleção, sendo eles : 1) estarem inseridos no meio pesquisado, e 2) apresentarem experiências empíricas que embasam suas respostas.

Se caracteriza como exploratória pois tem como objetivo explorar um problema ou uma situação para aprofundar a compreensão de um determinado problema, além de auxiliar na comprovação ou refutação das hipóteses. De acordo com Gil (2008, p.27), a pesquisa exploratória —tem por finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Desse modo, todo levantamento de dados e informações sobre os

hábitos de consumo e o uso de aplicativos, foi explorado no referencial teórico para embasar a realização das etapas seguintes da pesquisa.

Utilizamos a técnica de pesquisa de questionário. Este é segundo Lakatos e Marconi (2003, p.201) “é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Como principais vantagens desse instrumento segundo Lakatos e Marconi (2003, p.201-202), apontamos o fato de atingir um grande número de pessoas simultaneamente, abranger uma área geográfica ampla, a maior liberdade nas respostas em razão do anonimato, proporcionando respostas mais seguras e a obtenção de respostas mais rápidas e precisas. E como desvantagem apontamos a impossibilidade de ajudar o informante em questões mal compreendidas.

4.2.2 . PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

4.2.2.1 Procedimento 1- Definição do Problema

Seguindo as indicações de Lakatos e Marconi (2003), o primeiro procedimento realizado foi a definição do problema de pesquisa a partir da temática "Aplicativos de economia compartilhada". Assim sendo, após 07 orientações definiu-se o problema: "quais os hábitos de consumo que impedem a plena aderência e funcionalidade de aplicativos de economia compartilhada na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul?" e a partir disso definiu-se o universo e o foco de interesse do presente estudo.

4.2.2.2 Procedimento 2- Definição das hipóteses

Novamente conforme o indicado por Lakatos e Marconi (2003), o próximo procedimento realizado foi a formulação das hipóteses a partir do problema de pesquisa, que auxiliaram posteriormente na formulação dos questionários e análise dos dados coletados.

4.2.2.3 Procedimento 3- Definição da amostra

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p.163) “amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”. Nesta pesquisa, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, ou seja, onde o que a

aproximação dos entrevistados com o tema é mais importante que a quantidade de entrevistados, a amostra utilizada consiste em 48 pessoas que estão inseridas em ambientes de escambo digital, pois, a partir do critério de avaliação da capacidade de acesso aos entrevistados que se encaixem no perfil desejável. Devido á esta ser uma pesquisa sem investimentos monetários, esse é foi número de respondentes total ao que se teve acesso, sendo esse um número considerável para se perceber uma diversificação de respostas e estabelecer padrões a partir da tabulação dos resultados.

4.2.2.4 Procedimento 4- Aplicação do questionário

A partir dos procedimentos descritos acima, foi aplicado questionário com foco em descobrir qual a percepções dos habitantes de São Borja em relação aos aplicativos de economia compartilhada para assim aprofundar os resultados obtidos e confirmar ou refutar as hipóteses levantadas.

Para a realização da coleta de dados, foi utilizados questionários online através do Google Forms. O Google Forms é uma ferramenta disponibilizada aos usuários da plataforma Google que segundo o site da plataforma serve para planejar, monitorar e coletar respostas rapidamente. Esta foi a ferramenta selecionada para a aplicação do questionário pois possibilita escolher entre várias opções de perguntas para compor o questionário, facilidade de criação, edição e compartilhamento do questionário, organização e armazenamento dos dados coletados de forma automática com possibilidade de acompanhamento, além de ser uma ferramenta gratuita.

Esses questionários foram compostos por 3 questões abertas para identificação seguidas de 11 de múltipla escolha nas quais o participante deveria marcar entre várias opções de resposta às perguntas a opção com a qual mais se identifica. Esses foram os formatos de perguntas selecionados para compor os questionários pois revelam características específicas sobre cada participante, e através desse tipo de questionário é possível definir um padrão de características, além dos hábitos de consumo e também o perfil dos respondentes.

4.2.3 Técnicas e procedimentos de análise

Utilizamos a técnica de análise de conteúdo, que para Bardin (1977, p.95) consiste e 3 etapas: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A primeira etapa consiste em na operacionalização e sistematização das idéias para que seja possível “conduzir um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 1977, p.95), ou seja, estabelecer um plano que pode ser flexível, mas preciso e que guiará o restante da análise. Segundo Bardin (1977, p.95), essa fase é composta por 3 missões que não precisam seguir necessariamente uma ordem cronológica, são elas: a escolha dos documentos que serão analisados, a formulação das hipóteses e dos objetivos a serem investigados, e a elaboração dos indicadores que irão fundamentar a interpretação final.

Para selecionar os documentos seguiremos os seguintes passos apontados por Bardin (1977, p.96): uma leitura flutuante; escolha dos documentos que irão compor o corpus de análise; regra da exaustividade, não deixando de fora nenhum documento que faz parte desse corpus; regra da representatividade, compondo uma amostra universo mais homogêneo. Assim sendo, foi realizado um roteiro das questões que compuseram o questionário, realizado em 4 blocos de perguntas conforme as argumentações das hipóteses, para assim, quando colocadas em teste serem comprovadas ou refutadas a partir das respostas obtidas.

A segunda etapa consiste na exploração do material coletado. Caso a primeira etapa tenha sido concluída segundo a metodologia indicada, segundo Bardin (1977 p.101) esta segunda etapa completa-se mecanicamente pois consiste na operação de codificação, desconto e enumeração em função das regras que foram formuladas previamente. Para a exploração do material coletado a partir dos questionários, foram utilizadas tabelas como instrumento para a sistematização dos dados coletados, seguindo a ordem dos blocos do roteiro. Cada tabela apresenta todos os resultados obtidos a partir da questão correspondente e a porcentagem que aquela resposta representa no resultado final.

Segundo o indicado por Bardin (1977, p.101), então partimos para terceira etapa, ou seja, o tratamento dos resultados. Uma vez coletados os dados brutos, esses são tratados como significativos, e em operações analíticas é possível estabelecer quadros, diagramas, figuras e modelos dos resultados obtidos que concessão as informações coletadas até então. Após isso esses dados são submetidos a testes de validação e provas estatísticas para

que os resultados sejam comprovados com maior rigor. Assim sendo, após os dados coletados e sistematizados, foram comparados e analisados no contexto das hipóteses, para a partir desses resultados confirmar ou não as hipóteses.

4.3 Objeto de Pesquisa

Por conta desta se tratar de uma pesquisa que visa identificar fatores e hábitos de consumo que influenciam na aceitação e usabilidade de aplicativos de economia compartilhada, a presente pesquisa foi realizada no grupo do Facebook nominado “Brikão São Borja”.

Esse grupo foi selecionado como objeto de pesquisa do presente trabalho pois os aplicativos não disponibilizam que se tenha acesso aos usuários e assim sendo, por conta do grupo “Brikão São Borja” ser um dos grupos de escambo digitais mais influentes e com mais adeptos da cidade de São Borja, cumpre com a função de acesso aos adeptos dessa prática, apresentando assim um público que está inserido e conhece as dinâmicas do escambo digital e as utiliza frequentemente, e devido. Com 9 anos de existência (criado em 2 de novembro de 2012), o grupo conta atualmente (16/11/2019) com 67.988 membros e uma média de 100 publicações por dia, e, por conta de ser um grupo destinado aos habitantes de São Borja, também possibilita um recorte geográfico para aplicação dos questionários.

Assim sendo, foi realizado contato com Giuliana Würfel Andrighetti, uma das administradoras do grupo, solicitando a possibilidade da publicação do questionário para que os membros do grupo tivessem acesso, assim que houve a confirmação por parte da administradora, a publicação foi feita e fixada por Giuliana no topo da página do grupo, o que possibilitou que a publicação não acabasse perdida em meio a todas as outras publicações do grupo.

Além disso, a publicação contou com 66 curtidas e 34 comentários, sua maioria sendo com o dizer “up”, termo que significa “para cima” em inglês e é frequentemente utilizado nos grupo de escambo para que os algoritmos do Facebook interpretem aquela publicação como relevante e do interesse do público (por conta de ter bastante interação) e assim a publicação seja apresentada a mais pessoas dentro do grupo. Através dessa

publicação foram respondidos 48 questionários, a partir dos quais, no decorrer deste trabalho, foi realizada a análise e interpretação dos dados.

4.4. Conhecendo a realidade

Para tornar possível responder ao problema de pesquisa, "quais os hábitos de consumo que impedem a plena aderência e funcionalidade de aplicativos de economia compartilhada na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul?", e assim confirmar ou refutar as hipóteses 1- na qual acredita-se que haja pouco ou nenhum uso dos aplicativos de economia compartilhada em São Borja devido ao conservadorismo dos hábitos população e 2 - na qual acredita-se que exista um uso constante e em expansão dos aplicativos de economia compartilhada em São Borja, após aplicados os questionários, coletado os dados e realizada a esquematização em tabelas chegamos finalmente a análise dos dados coletados. Essa análise segue a ordem do roteiro estruturado para a aplicação dos questionários, que foi desenvolvido com um bloco inicial de identificação de um perfil analisado e em seguida com base nas hipóteses, partindo da primeira que foi dividida em 2 blocos: Bloco 1 - Utilização dos aplicativos e Bloco 2 - Da percepção; e da hipótese 2 que foi dividida em Bloco 3- Da popularização e Bloco 4 - Sustentabilidade, que serão explorados a seguir.

4.4.1. Bloco de Perfil Geral da Amostra

Como exposto na tabela 1, mais da metade dos respondentes (52%) possuem faixa etária entre 15 e 25 anos, o que confirma a suspeita de essa ser a parcela da população mais inserida nas redes e que utiliza mais a internet

TABELA 1 - Faixa etária dos respondentes da pesquisa

Idade		
Faixa etária	Frequência	%
15 – 25 anos	25	52%
36 – 45 anos	9	18,7%
26 – 35 anos	8	16%
Mais de 45 anos	6	12,5%
Total	48	100%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor (TCC de Publicidade e Propaganda)

Porém, a partir da faixa etária seguinte, os números de respondentes entre as próximas duas faixas é bastante próximo, sendo a segunda faixa etária com maior número de respondentes da pesquisa foi de pessoas entre 36 e 45 anos, representando 18,7% dos dados coletados com essa pesquisa, superando a parcela de respondentes da faixa etária entre 26 e 35 anos, que representa 16% na atual pesquisa. A parcela de respondentes com faixa etária acima de 45 anos teve uma participação, apesar de menor que as parcelas de população mais jovem, bastante considerável nessa pesquisa, representando 12,5% dos respondentes.

Em relação a parcela de respondentes de cada gênero, conforme indicado na Tabela 2, o gênero feminino se sobressaiu de forma bastante significativa, representando 79,2% dos resultados dessa pesquisa, em comparação aos 20,8% da parcela de respondentes do gênero masculino.

TABELA 2 - Gênero dos respondentes da pesquisa

Gênero		
	Frequência	%
Feminino	38	79,2%
Masculino	10	20,8%
Total	48	100%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor (TCC de Publicidade e Propaganda)

A partir desses dados podemos interpretar algumas possibilidades para esse resultado, talvez o número de pessoas do gênero feminino presentes no grupo “Brikão São Borja” seja maior que o número pessoas do gênero masculino pertencentes ao grupo, possivelmente as pessoas do gênero feminino estejam mais dispostas a contribuir com pesquisas compartilhadas no grupo, ou ainda se interessam mais pelos temas relacionados ao escambo digital que os participantes do grupo do gênero masculino.

Por conta da pesquisa ter sido compartilhada em um grupo de escambo digital destinado a população São-borjense, conforme o esperado a grande maioria das respostas, conforme apontado na Tabela 3, é referente a população que reside atualmente na cidade de São Borja 89,5%.

TABELA 3 - Cidade dos respondentes da pesquisa

Localização		
Cidade	Frequência	%
São Borja	43	89,5%
Santa Maria	2	4,1%
Santo Ângelo	1	2%
Niterói	1	2%
Respostas não condizentes com a questão	1	2%
Total	48	100%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor (TCC de Publicidade e Propaganda)

Porém, devido ao grande alcance do grupo, a pesquisa apresentou também alguns (poucos) resultados decorrentes de respondentes de outras cidades, sendo elas respectivamente: Santa Maria (RS), com 4,1% dos respondentes, Santo Ângelo (RS), com 2% dos resultados e Niterói (RJ), representando também 2% dos respondentes da pesquisa. Por conta de esta ser uma questão aberta, apresentou também um resultado não condizente com a questão da tabela 3, que representa 2% do resultado final.

Para melhor compreender a relação dos participantes da pesquisa com as trocas e o escambo digital, nessa questão visou-se analisar quanto tempo os respondentes faziam parte de grupo de escambo digital e suas dinâmicas. Do número total de participantes indicado na Tabela 4, metade (50%) respondeu fazer parte de grupos de troca num período de 1 a 5 anos, seguidos por 12,5% que estão presentes nos grupos num período de 6 a 10 anos.

TABELA 4 - Perfil de participação da amostra

Tempo de participação em grupos de troca		
Anos	Frequência	%
1 a 5 anos	24	50%
Respostas não condizentes com a questão	9	18,7%
6 a 10 anos	6	12,5%
Menos de 1 ano	2	4,1%
Não respondents	6	12,5%
Total	48	100%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor (TCC de Publicidade e Propaganda)

Apenas 4,1% dos respondentes estão presentes nos grupos a menos de 1 ano. Por conta dessa questão ser aberta EXPLICA, contou com um número alto de respostas não condizentes (18,7%), na qual os respondentes forneceram respostas que não respondiam diretamente a questão proposta, e de não respondentes (12,5%).

Após analisar as questões referentes aos dados de identificação pessoais dos respondentes, foi possível estabelecer um perfil da amostra pesquisada, sendo esse perfil majoritariamente pessoas do gênero feminino, entre 15 e 25 anos, residentes de São Borja e que já fazem parte de grupos de troca no período de 1 a 5 anos, ou seja, apresentam experiências empíricas nas dinâmicas do escambo digital, já conhecendo seus sistemas e articulações, e que permanecem nesses grupos, ou seja, que já conhecem as dinâmicas e articulações dos mesmos.

4.4.2 Bloco 1 - Utilização de aplicativos

Para a formulação das questões do presente bloco (Bloco 1), foi considerada a primeira hipótese levantada no presente trabalho, ou seja, que por conta das sequelas (desigualdades econômicas e sociais, preconceitos de classe, gêneros, pele, ...) deixadas no país, decorrentes da forma de colonização, com bases ruralistas fortes e baseada em trabalho escravo, pode haver um uso bastante restrito dos aplicativos ou até nenhum uso. Assim sendo, segue análise das perguntas do Bloco 1, iniciando pela pergunta 1: **Para você a não utilização de aplicativos de economia compartilhada (briks digitais) acontece devido ao grau de pobreza das pessoas?**

A tabela 5, que segue abaixo mostra que para 45,8% dos respondentes, o grau de pobreza influencia sim na não utilização dos aplicativos, pois para esses respondentes ter acesso a um smartphone e a internet, além de ter itens passíveis de compartilhamento, são fatores essenciais para que se tenha acesso também aos aplicativos, e esses aspectos estão diretamente ligados às condições econômicas de quem estiver disposto a utilizar os aplicativos. Diferindo da percepção da maioria dos participantes da pesquisa, os dois próximos maiores resultados da pesquisa indicam que para 25% dos participantes a utilização de aplicativos de economia compartilhada não apresenta relação alguma com o grau de pobreza das pessoas, não interferindo em nada no uso dos aplicativos, e outros 18,7% dos respondentes têm percepção de que todos possuem dispositivos móveis e acesso

a internet atualmente, e por esse motivo também acreditam que o grau de pobreza das pessoas não interfira em nada na utilização ou não dos aplicativos.

TABELA 5 – Pergunta 1.

Para você a não utilização de aplicativos de economia compartilhada (briks digitais) acontece devido ao grau de pobreza das pessoas?		
Alternativa	Frequência	%
Sim, pois para que se tenha acesso aos aplicativos precisa-se antes ter acesso a Smartphone e a internet, além de ter itens passíveis de compartilhamento.	22	45,8%
Não, pois a classe econômica social não interfere em nada na utilização dos aplicativos de economia compartilhada.	12	25%
Não, pois atualmente todos possuem dispositivos móveis e internet.	9	18,7%
Sim, pois as classes mais pobres não possuem conhecimento sobre esses aplicativos.	2	4,1%
Outros.	2	4,1%
Não respondentes	1	2%
Total	48	100%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor (TCC de Publicidade e Propaganda)

Portanto, mesmo realizando a soma do segundo e do terceiro resultado (25% + 18,7%), chegamos a porcentagem de 43,7% participantes que acreditam não haver relação alguma entre o grau de pobreza e a utilização ou não dos aplicativos. Esse resultado continua sendo menor que o primeiro (45%), que corresponde aos participantes da pesquisa que percebem haver sim relação direta de causa e efeito entre a pobreza e a não utilização dos aplicativos, comprovando assim um dos elementos constitutivos da hipótese 1, ou seja, que as desigualdades sociais representam um empecilho para a utilização plena dos aplicativos de economia compartilhada por todas as pessoas.

A pergunta 2 realizada no primeiro bloco consiste em “para você a não utilização dos aplicativos se dá pelo caráter excludente da sociedade?”. Os resultados obtidos a partir dessa pergunta encontram-se na Tabela 6, e demonstram que 50% dos respondentes acredita que a não utilização dos aplicativos não se dá pelo caráter excludente da sociedade pois esses respondentes acreditam que todos possuem algo que não querem mais e é possível que essa mesma coisa seja exatamente o que outra pessoa está procurando. No entanto, 29,1% dos respondentes acreditam que a não utilização dos aplicativos se dá sim pelo caráter excludente da sociedade, para essa parcela, as pessoas marginalizadas (excluídas de alguma forma da sociedade) são inviabilizadas de utilizar os aplicativos porque geralmente não possuem acesso a smartphones e/ou a internet. Enquanto isso, a terceira maior parcela de respondentes dessa questão da pesquisa representa 6,2% do total que acreditam, assim como a maior parte dos participantes da pesquisa, não tem relação com caráter excludente, acredita que isso não ocorre por vivermos atualmente em uma sociedade que está cada vez mais igualitária.

TABELA 6 - Pergunta 2

Para você a não utilização dos aplicativos se dá pelo caráter excludente da sociedade?		
Alternativa	Frequência	%
Não, pois todos possuem algo que não querem mais e pode ser exatamente o que outra pessoa está procurando.	24	50%
Sim, pessoas marginalizadas geralmente não possuem acesso a um smartphone e/ou a internet, o que inviabiliza essas pessoas de utilizarem os aplicativos.	14	29,1%
Não, pois vivemos em uma sociedade que está cada vez mais igualitária.	3	6,2%
Sim, a ideia de não ter nada para trocar exclui as pessoas que já são marginalizadas na sociedade.	2	4,1%
Outros.	3	6,2%

Não respondentes	2	4,1%
Total	48	100%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor (TCC de Publicidade e Propaganda)

Assim sendo, os resultados dessa questão apontam que para apenas 29,1% dos respondentes dessa pesquisa o caráter excludente da sociedade está diretamente ligado a falta de dinheiro abordada na primeira pergunta deste bloco, já que esta é a parcela que acredita que as pessoas marginalizadas geralmente não possuem acesso a um smartphone e/ou a internet e isso que inviabiliza essas pessoas de utilizarem os aplicativos. Enquanto isso 56,2% dos respondentes acredita que o caráter excludente da sociedade não apresenta relação nenhuma com o não uso dos aplicativos, já que para essas pessoas todos possuem algo que outra pessoa possa querer e a sociedade está cada vez mais igualitária. Esse resultado, além de não condizer diretamente com o resultado da primeira questão, vai contra ao que era defendido na primeira hipótese, e assim sendo, rejeita a hipótese ao não sustentá-la.

Na pergunta 3, **para você a utilização ou não de aplicativos de troca está condicionada pelo tipo de colonização que tivemos: predatória, escravista e latifundiária?** os resultados são um pouco similares. Podemos observar na Tabela 7 que, do total de respondentes 50% acreditam que a utilização ou não dos aplicativos não está condicionada a forma que o processo de colonização ocorreu no Brasil, pois para essa parcela as pessoas usam ou não os aplicativos conforme suas necessidades, que para elas não tem ligação alguma com o processo de colonização. Enquanto isso, para 33,3% a não utilização dos aplicativos está sim condicionada ao processo de colonização, pois para essa parcela a colonização deixou marcas sociais de desigualdade que impedem o pleno acesso. E como terceiro maior resultado, apesar de ser uma parcela bastante pequena (8,3%), essa parcela volta a concordar com o maior resultado, mas acredita que não há condicionamento pois independente do processo de colonização os aplicativos de troca estão sendo usados.

TABELA 7 – Pergunta 3.

Para você a utilização ou não de aplicativos de troca está condicionada pelo tipo de colonização que tivemos: predatória, escravista e latifundiária?

Alternativa

Frequência

%

Não, pois as pessoas usam ou não de acordo com suas necessidades, sem nenhum condicionamento do processo de colonização.	24	50%
Sim, pois a colonização deixou marcas sociais de desigualdade que impedem o pleno acesso.	16	33,3%
Não, pois independente da colonização as pessoas utilizam os aplicativos de troca.	4	8,3%
Sim, pois a forma de colonização criou mecanismos culturais que não toleram práticas democráticas de trocas como a dos aplicativos.	2	4,1%
Outros.	0	0%
Não respondentes	2	4,1%
Total	48	100%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor (TCC de Publicidade e Propaganda)

Este resultado novamente vai contra o resultado obtido na primeira pergunta e contra a primeira hipótese abordada no presente trabalho, pois dessa forma, 58,3% dos respondentes acreditam então que o processo de colonização brasileiro não possui influência alguma sobre os hábitos de consumo atualmente nem sobre a propensão a utilização ou não dos aplicativos, estando apenas 33,3% dos resultados mais relevantes de acordo com a hipótese utilizada de plano de fundo para esta questão, e assim rejeita-se essa hipótese novamente.

Assim sendo, apenas a pergunta 1 apresentadas neste bloco está de acordo com a hipótese 1, a qual aborda as desigualdades como um dos fatores principais do não uso dos aplicativos. Nesta pergunta é possível observar que pouco mais da metade dos respondentes concorda com o fato de que o nível de pobreza afeta diretamente no acesso a smartphones e à internet, e assim afeta diretamente no uso ou não dos aplicativos de troca. Portanto, as duas questões seguintes contradizem um tanto quanto esta primeira, uma vez que na segunda questão 56,2% dos respondentes acreditam que o caráter excludente da sociedade não afeta em nada na utilização ou não dos aplicativos de troca e apenas 29,1% dos respondentes acredita que a não utilização se dá pelo caráter excludente da sociedade, sendo que, as classe econômicas mais baixas são também as mais marginalizadas da

sociedade e afastadas das condições plenas de acesso. A terceira questão apresenta novamente um resultado contraditório quando comparado ao resultado da primeira questão, lembrando que, 50% dos respondentes da pergunta 1 acreditam que o grau de pobreza interfere diretamente na não utilização dos aplicativos visto que priva essa parcela da população do acesso, e na pergunta 3, 58,3% dos respondentes acreditam que o processo de colonização brasileiro não possui influência alguma na utilização ou não dos aplicativos de troca, contudo, a desigualdade presente no Brasil é claramente um reflexo do processo de colonização extrativista e com base em trabalho escravo ao qual o país foi submetido por mais de 400 anos.

Assim sendo, o primeiro argumento da hipótese 1, ou seja, que o processo de colonização do Brasil, que acarretou desigualdades sociais que influenciam para que o uso de aplicativos de economia compartilhada apresentem pouco ou nenhum uso na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, é majoritariamente refutado, apresentando apenas uma resposta de acordo e duas respostas negativas ao argumento.

4.4.3 Bloco 2 - Da percepção

Este bloco (bloco 2) de perguntas foi formulado tendo como base o segundo argumento constitutivo da hipótese 1, ou seja, que a mentalidade conservadora da população das cidades de pequeno porte brasileiras acarreta preconceitos em relação ao diferente e ao novo, fazendo assim com que os aplicativos apresentem níveis baixos de uso ou até nenhum uso nessas cidades. A seguir é apresentada a análise das perguntas do Bloco 2, iniciando pela pergunta 4 que é **você percebe que as pessoas podem ter algum tipo de reação conservadora e logo de desprezo em relação aos aplicativos de troca via internet?**

Os resultados obtidos a partir dessa questão estão situados na Tabela 8 e desmonstram que 35,4% dos respondentes percebe sim algum tipo de reação conservadora nas pessoas, e que essa reação pode levar ao desprezo dos aplicativos de troca. Para essa parcela dos respondentes essa reação acontece as situações de troca na internet representam algo totalmente diferente do que sempre foi o padrão de venda, compra e troca antes da existência da internet, gerando assim insegurança nas pessoas. Outros 29,1% dos respondentes concordam com os 35,4%, ao também perceber uma reação conservadora

em relação aos aplicativos, e essa parcela ainda acrescenta que tem essa percepção pois no interior as pessoas desconfiam da internet e preferem comprar, vender ou trocar pessoalmente. Enquanto isso, uma parcela correspondente a 25% dos respondentes afirma não perceber reações conservadoras, pois para essa parcela a internet facilita as situações de venda, compra ou troca por possibilitar uma interação mais rápida.

TABELA 8 – Pergunta 4

Você percebe que as pessoas podem ter algum tipo de reação conservadora e logo de desprezo em relação aos aplicativos de troca via internet?		
Alternativa	Frequência	%
Sim, pois a utilização da internet gera insegurança em quem usa por ser algo totalmente diferente do que se procedia antigamente em situações de venda, compra e troca.	17	35,4%
Sim, pois principalmente no interior as pessoas desconfiam da internet e preferem comprar, vender ou trocar pessoalmente.	14	29,1%
Não, pois a internet facilita as situações de venda, compra ou troca e possibilita uma interação mais rápida.	12	25%
Não, hoje a utilização da internet é universal e realizada por todas as gerações cotidianamente.	4	8,3%
Outros.	0	0%
Não respondentes	1	2%
Total	48	100%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor (TCC de Publicidade e Propaganda)

Portanto, mais da metade dos participantes da pesquisa, 64,5% (soma dos 2 primeiros resultados da Tabela 8) da pesquisa afirmam perceber sim uma reação conservadora, enquanto uma parcela bem menor afirma não perceber a mesma reação.

Com esse dado é possível confirmar com grande vantagem de porcentagem o que foi descrito na hipótese 1 e assim confirmá-la nessa questão.

Ao referir-se a segunda pergunta deste bloco, ou seja, a pergunta 5- **Você percebe algum tipo de preconceito/ medo das pessoas em fazer uso dos aplicativos de economia compartilhada?**, os dados obtidos e esquematizados na Tabela 9, foram os seguintes: 60,4% dos respondentes afirmam perceber um preconceito/medo das pessoas em fazer uso dos aplicativos de economia compartilhada pois essas pessoas temem que alguma transação dê errado e elas saiam dessa interação prejudicadas. Outros 20,8% dos respondentes também percebem que as pessoas possuem preconceito em relação aos aplicativos de economia compartilhada, mas para essa parcela o motivo do preconceito é que muitas pessoas não gostam da ideia de ter algo que já foi usado, ou da ideia de compartilhar algo seu. As duas alternativas que negam empataram em 8,3%, nessas alternativas os participantes não percebem nenhum tipo de preconceito pois “acham que já atingimos um nível de confiança estável em relação a transações e trocas na internet”, ou “acham que os aplicativos fornecem toda a segurança necessária para que ao utilizarmos os aplicativos a experiência seja a melhor possível”.

TABELA 9 – Pergunta 5.

Você percebe algum tipo de preconceito/ medo das pessoas em fazer uso dos aplicativos de economia compartilhada?		
Alternativa	Frequência	%
Sim, muitas pessoas tem medo de alguma transação dar errado e saírem prejudicadas.	29	60,4%
Sim, muitas pessoas não gostam da ideia de ter algo que já foi usado, ou da ideia de compartilhar algo seu.	10	20,8%
Não, acho que já atingimos um nível de confiança estável em relação a transações e trocas na internet.	4	8,3%
Não, acho q os aplicativos fornecem toda a segurança necessária para que ao utilizarmos os aplicativos a experiência seja a melhor possível.	4	8,3%

Outros.	0	0%
Não respondentes	1	2%
Total	48	100%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor (TCC de Publicidade e Propaganda)

Ou seja, mais de 80% (soma dos 2 primeiros resultados da Tabela 9) dos respondentes percebem sim um preconceito em relação ao uso dos aplicativos de economia compartilhada, o que novamente confirma a hipótese de que existe um pensamento conservador e que isso acarreta no baixo uso ou nenhum uso dos aplicativos.

Na pergunta 6 (Para obter algo que precisa, você prefere realizar uma troca através dos aplicativos de economia compartilhada ou comprar algo novo?), 37,5% dos participantes da pesquisa responderam que preferem a troca, pois conseguem encontrar o que buscam com uma qualidade boa e ainda economizar dinheiro. Diferente dessa parcela, 27% dos respondentes disse preferir comprar algo novo devido a possibilidade de avaliar melhor as opções, além de se sentirem mais realizados com a aquisição de algo novo “de verdade”. Enquanto isso na terceira maior parcela dos respondentes, que corresponde a 14,5%, o resultado aponta novamente a preferência pela troca, pois essa parcela, apesar de não simpatizar com a ideia de comprar algo usado prefere ter acesso dessa forma, encontra nela a única possibilidade de ter efetivamente acesso aos itens que procuram.

TABELA 10 – Pergunta 6.

Para obter algo que precisa, você prefere realizar uma troca através dos aplicativos de economia compartilhada ou comprar algo novo?		
Alternativa	Frequência	%
Prefiro a troca, pois geralmente encontro o que busco na mesma qualidade de algo novo e ainda consigo economizar dinheiro.	18	37,5%
Prefiro comprar novo pois consigo avaliar melhor as opções e me sinto mais realizado/a após a aquisição de algo.	13	27%
Prefiro a troca, pois apesar de não simpatizar com a ideia de comprar algo usado prefiro ter	7	14,5%

acesso dessa forma do que não ter acesso aos itens que procuro.		
Prefiro comprar novo pois não simpatizo com a ideia de usar algo (roupas, móveis, eletrônicos,...) que já foi de outra pessoa.	5	10,4%
Outros.	4	8,3%
Não respondentes	1	2%
Total	48	100%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor (TCC de Publicidade e Propaganda)

Conforme os resultados dessa pergunta, é possível perceber que apesar de haver sim algum nível de preconceito dos participantes da pesquisa, a maior parcela (52%) apresenta uma predisposição maior a realizar trocas do que a adquirir objetos novos. Essa predisposição pode ser decorrente de já estarem inseridos em outros grupo de troca e conhecer suas dinâmicas, eles afirmam preferir a troca pelos seguintes motivos: por conta de conseguirem encontrar o que buscam na mesma qualidade de algo novo, e assim conseguir economizar dinheiro, ou por ser a única forma de ter acesso a determinados itens. Assim sendo, a hipótese é aqui rejeitada pelo resultado obtido através dos dados, mostrando uma predisposição maior ao uso constante dos aplicativos do que se havia previsto na hipótese 1.

A partir dos resultados obtidos neste bloco de perguntas, é possível confirmar o segundo argumento da hipótese 1, pois afirmam existir sim influência de uma mentalidade conservadora em relação aos hábitos de consumo da população das cidades de pequeno porte brasileiras, que acarreta preconceitos em relação ao diferente e ao novo, fazendo assim com que os aplicativos apresentem níveis baixos de uso ou até nenhum uso nessas cidades. Essa confirmação acontece principalmente quando analisados o conjunto dos seguintes dados: mais de 80% (soma dos 2 primeiros resultados da Tabela 9) dos respondentes percebem um preconceito em relação ao uso dos aplicativos de economia compartilhada e 64,5% (soma dos 2 primeiros resultados da Tabela 8) dos respondentes da pesquisa afirmam perceber sim uma reação conservadora por parte da população de suas cidades. A última pergunta do bloco apresentou um resultado diferente ao afirmar que 52% dos respondentes apresenta uma predisposição maior a realizar trocas do que a adquirir

objetos novos, mas esse resultado, diferente dos resultados das outras duas questões (que abordaram a percepção dos participantes) está sendo considerado em relação aos respondentes, ou seja, pessoas que já fazem uso de grupos de escambo.

Assim sendo, o segundo argumento da hipótese 1, ou seja, que a mentalidade conservadora da população das cidades de pequeno porte brasileiras acarreta preconceitos em relação ao diferente e ao novo, é majoritariamente confirmado, apresentando apenas uma resposta negativa e duas respostas afirmativas a esse argumento.

4.4.4 Bloco 3 - Da popularização

Para formulação das perguntas deste bloco foi utilizado como plano de fundo o primeiro argumento constitutivo da hipótese 2, ou seja, que como consequência da emergência da sociedade em rede, os aplicativos de economia compartilhada podem apresentar uso constante e em expansão em cidades de pequeno porte brasileiras. Tendo essa hipótese em voga, a primeira pergunta que constitui este bloco é a seguinte: “Você acredita que a internet facilita a troca e o compartilhamento para todos?”

Entre os participantes da pesquisa, 56,2% afirmam acreditar que a internet facilita sim a troca e o compartilhamento para todos, pois conecta mais pessoas, fazendo assim que seja mais possível encontrar alguém oferecendo exatamente o item que se busca no momento. A parcela de 37,5% também acredita que a internet facilite no processo de troca e compartilhamento para todos, mas para essa parcela essa facilidade se dá devido a possibilidade de criar demandas específicas e divulgá-las, facilitando assim a busca pelos itens que se busca. Apenas 2% dos respondentes acreditam que a internet não facilite esse processo, pois para essa parcela, processos de troca e compartilhamento que acontecem através da internet excluem a interação humana, tornando o processo mecanizado.

TABELA 11 – Pergunta 7

Você acredita que a internet facilita a troca e o compartilhamento para todos?		
Alternativa	Frequência	%
Sim pois, conecta mais pessoas tornando mais possível que alguém esteja oferecendo o item que se precisa no momento.	27	56,2%

Sim, pois nela é possível criar a demanda específica para o item que você está precisando e assim facilitar o acesso divulgando-a.	18	37,5%
Não, pois exclui a interação humana do processo, tornando-o mecanizado.	1	2%
Não, pois por apresentar uma gama muito grande de opções acaba por confundir quem quer realizar a troca/empréstimo/compartilhamento.	0	0%
Outros.	1	2%
Não respondentes	1	2%
Total	48	100%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor (TCC de Publicidade e Propaganda)

Como resultado dessa pergunta podemos destacar que, apesar de apresentarem motivações diferentes, 93,7% dos participantes da pesquisa acreditam que a internet facilite sim o processo de troca e compartilhamento, por conta de oferecer maiores possibilidades de acesso. Sendo este um resultado quase unânime nesta questão, confirma-se assim a suspeita levantada na hipótese 2.

Em relação à pergunta 8 (Na sua opinião, a internet permite realizar trocas de objetos, conhecimentos e/ou experiências nas quais todos os envolvidos saiam satisfeitos, sem que haja nenhum tipo de transação monetária, e que sem a internet não seriam possíveis?) os resultados que merecem destaque são os seguintes: 45,8% dos participantes da pesquisa afirmam acreditar que a internet permite sim realizar trocas de objetos, conhecimentos e/ou experiências, nas quais todos os envolvidos saiam satisfeitos, sem envolver nenhum tipo de transação monetária e que sem a internet não seriam possíveis, para eles a internet apenas facilita um processo que existe desde os primórdios da humanidade e possibilita que as pessoas voltem a dar mais valor aos objetos no lugar do dinheiro. Concordando com os participantes que optaram pela primeira alternativa aqui exposta, uma parcela de 39,5% também acredita que a internet permite realizar trocas de objetos, conhecimentos e/ou experiências nas quais todos os envolvidos saiam satisfeitos,

sem que haja nenhum tipo de transação monetária, e que sem a internet não seriam possíveis, mas para essa parcela isso acontece pois atualmente é possível encontrar exatamente o que se busca nos aplicativos de troca, empréstimo e compartilhamento, sendo que, esse ambiente favorece para que essas trocas ocorram efetivamente pois por esse ser um ambiente no qual os outros usuários também estão dispostos a participar dessa experiência. Apenas 10,4% dos respondentes afirmam não concordar com o que foi proposto na questão, pois para essa parcela um dos lados envolvidos na transação sempre sairá insatisfeito por não encontrar exatamente o que estava buscando naquela troca.

TABELA 12 – Pergunta 8.

Na sua opinião, a internet permite realizar trocas de objetos, conhecimentos e/ou experiências nas quais todos os envolvidos saiam satisfeitos, sem que haja nenhum tipo de transação monetária, e que sem a internet não seriam possíveis?		
Alternativa	Frequência	%
Sim, pois desde os primórdios da humanidade existem trocas sem necessariamente envolver transações monetárias, a internet apenas tem facilitado que voltemos a dar mais valor aos objetos e menos ao dinheiro.	22	45,8%
Sim, pois atualmente podemos encontrar exatamente o que buscamos nos aplicativos de troca, empréstimo e compartilhamento, sendo esse um ambiente no qual os outros usuários também estão dispostos a participar dessa experiência.	19	39,5%
Não, pois sempre pelo menos um dos lados não encontra exatamente o que estava buscando naquela transação.	5	10,4%
Não, pois as trocas geralmente são em condições desparelhas em relação ao valor do que está sendo trocado.	0	0%
Outros.	1	2%
Não respondentes	1	2%

Total	48	100%
--------------	-----------	-------------

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor (TCC de Publicidade e Propaganda)

Os dados apresentados nessa tabela permitem perceber que apesar de ainda existir um nível de suspeitas e preconceitos em relação aos aplicativos de economia compartilhada, 85,3% dos participantes acreditam na possibilidade do escambo digital suprir totalmente todas as demandas dos lados envolvidos em uma transação, e que a internet facilita sim para que esse processo ocorra. Portanto, através desse resultado confirma-se novamente o primeiro elemento constitutivo da hipótese 2.

A nona pergunta é apresentada da seguinte forma: Na sua opinião, aplicativos para Smartphone com o fim específicos de trocas, compartilhamentos e empréstimo de itens, sem transações monetárias envolvidas, funcionam em sua cidade?

Como destaque nas respostas obtidas para essa questão, o principal dado é que 43,7% dos respondentes acreditam que sim, os aplicativos para Smartphone com o fim específicos de troca, compartilhamento e empréstimo de itens, sem transações monetárias envolvidas, funcionam em suas cidades. Segundo essa parcela dos participantes da pesquisa, eles acreditam que sim pois atualmente já existem muitas trocas, empréstimos e doações acontecendo em suas cidades em diversos outros ambientes digitais. O segundo dado mais relevante obtido nessa pergunta é que outra parcela, de 22,9%, concorda com a primeira parcela aqui apresentada, mas por outro motivo. Para esses respondentes, os aplicativos funcionam em suas cidades pois, segundo eles, percebe-se uma abertura cada vez maior para realização de quaisquer tipos de transações através da internet, principalmente entre os jovens, porém pode levar algum tempo até essa prática se instaurar. Como resultado discordante dos dois primeiros, 18,7% dos respondentes acreditam que os aplicativos para Smartphone com o fim específicos de trocas, compartilhamentos e empréstimo de itens, sem transações monetárias envolvidas, não funcionam em sua cidade, pois para essa parcela a cultura de aquisição daquilo que se procura através exclusivamente do comércio é muito enraizada em suas cidades.

TABELA 13 – Pergunta 9.

Na sua opinião, aplicativos para Smartphone com o fim específicos de trocas, compartilhamentos e empréstimo de itens, sem transações monetárias envolvidas, funcionam em sua cidade?

Alternativa	Frequência	%
--------------------	-------------------	----------

Sim, pois atualmente já existem muitas trocas, empréstimos e doações acontecendo na minha cidade em diversos outros ambientes digitais.	21	43,7%
Sim, pois percebe-se (principalmente entre os jovens) uma abertura cada vez maior para realização de quaisquer tipo de transações através da internet, porém pode levar algum tempo até essa prática se instaurar.	11	22,9%
Não, pois na minha cidade a cultura de aquisição daquilo que se procura através exclusivamente do comércio é muito enraizada.	9	18,7%
Não, pois na minha cidade a maior parte das pessoas são conservadoras e desconfiadas em relação à transações através da internet.	6	12,5%
Outros.	0	0%
Não respondentes	1	2%
Total	48	100%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor (TCC de Publicidade e Propaganda)

Os resultados obtidos nesta questão novamente confirmam o primeiro argumento da hipótese 2, uma vez que 66,6% (soma do primeiro e do segundo resultados) dos respondentes afirmam acreditar que os aplicativos para Smartphone com o fim específicos de trocas, compartilhamentos e empréstimo de itens, sem transações monetárias envolvidas, funcionam sim em sua cidade, existindo, inclusive, outros ambientes de troca digitais já em funcionamento, além de uma predisposição entre os jovens locais a realizar trocas dessa forma.

Como finalização deste bloco ressalta-se a confirmação da hipótese em todas as perguntas, apresentando sempre dados favoráveis ao fato de a ascensão da sociedade em rede gera como consequência um uso constante e em expansão dos aplicativos de economia compartilhada. Sendo esses dados os seguintes: 93,7% dos participantes da pesquisa acreditam que a internet facilite o processo de troca e compartilhamento, por

conta de oferecer maiores possibilidades de acesso; 85,3% dos respondentes acreditam na possibilidade do escambo digital suprir totalmente todas as demandas uma transação, e que a internet facilita para que esses processos ocorram; e uma parcela de 66,6% dos participantes afirmam acreditar que os aplicativos para Smartphone com o fim específicos de trocas, compartilhamentos e empréstimo de itens, sem transações monetárias envolvidas, funcionam em suas cidades.

4.4.5 Bloco 4 - Sustentabilidade

O segundo elemento constitutivo da hipótese 2 é o que permeia as perguntas feitas neste bloco (bloco 4). Nesse elemento constitutivo acredita-se que os aplicativos de economia compartilhada apresentem uso constante e em expansão em cidades de pequeno porte por conta da emergência de uma geração que se preocupa com um futuro mais sustentável. A partir disso, segue a análise do bloco 4 de perguntas, que se inicia pela pergunta 10: Para você, as gerações mais novas estão mais propensas a realizar trocas e compartilhamentos?

A Tabela 14, localizada abaixo mostra que, 66,6% dos respondentes acredita que as gerações mais novas estão sim mais propensas a realizar trocas e compartilhamentos, pois para essa parcela, essas gerações estão mais conectadas e assim possuem mais facilidade para realizá-los. Para 25% dos participantes da pesquisa as gerações mais novas também estão mais propensas a realizar trocas e compartilhamentos, pois para essa parcela, essas gerações estão mais preocupadas em formas de não agressão ao planeta. Enquanto isso, como resultado seguinte tivemos um empate entre as duas últimas alternativas, somando um total de 4% dos respondentes que acreditam que as gerações mais novas não estão mais dispostas a realizar trocas pois, para 2% dessa parcela essas gerações estão cada vez mais individualistas, enquanto para os outros 2% atualmente não é possível confiar apenas na palavra das outras pessoas.

TABELA 14 – Pergunta 10.

Para você, as gerações mais novas estão mais propensas a realizar trocas e compartilhamentos?		
Alternativa	Frequência	%
Sim, pois estão mais conectada e possui mais facilidade para realizá-las.	32	66,6%

Sim, pois está mais preocupada em formas de não agressão ao planeta.	12	25%
Não, pois as novas gerações estão cada vez mais individualistas.	1	2%
Não pois atualmente não é possível confiar apenas na palavra das outras pessoas.	1	2%
Outros.	0	0%
Não respondentes	2	4,1%
Total	48	100%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor (TCC de Publicidade e Propaganda)

Torna-se importante aqui destacar que 91.6% (soma do primeiro e segundo resultados) dos respondentes afirmam acredita que as gerações mais novas estão sim mais dispostas a realizar trocas e compartilhamentos, enquanto apenas 4% discorda dessa afirmação. Portanto, apesar da maior parcela dos resultados afirmativos não estar conectado ao fato de estas gerações estarem mais preocupadas com formas de não agressão ao planeta, essa questão, mesmo assim, continua confirmando a hipótese 2.

Esses dados confirmam novamente a hipótese 2, com mais de 80% dos respondentes afirmando acreditar que os aplicativos de escambo digital possibilitam uma resposta às práticas desenfreadas de consumo e a finitude dos recursos naturais em nosso planeta.

A partir dos resultados obtidos neste bloco, confirma-se assim a 2 hipótese, porém os motivos apontados com maior veemência mesmo no bloco 4, voltam a ressaltar o primeiro argumento da hipótese 2, ou seja: a emergência da sociedade em rede, e não o segundo argumento: a emergência de uma geração que se preocupa com um futuro mais sustentável, como aqui pretendido investigar. Assim sendo ressalta-se novamente a confirmação da hipótese 2, mas novamente pelas motivações apontadas pelo primeiro argumento desta hipótese. Isso acontece devido ao fato de que, dos 91.6% (soma dos 2 primeiros resultados da Tabela 14) do total de dos respondentes da pesquisa que afirmam acredita que as gerações mais novas estão sim mais dispostas a realizar trocas e compartilhamentos, apenas 25% afirmam que as gerações mais novas estão mais propensas a realizar trocas e compartilhamentos por conta de essas gerações estarem mais

preocupadas em formas de não agressão ao planeta, enquanto 66,6% o faz por acreditar que essas gerações estão mais conectadas e assim possuem mais facilidade para realizá-los. Além disso, mais de 80% dos respondentes afirmando acreditar que os aplicativos de escambo digital possibilitam uma resposta às práticas desenfreadas de consumo e a finitude dos recursos naturais em nosso planeta, porém isso pode acontecer como uma consequência da conexão que leva a geração a fazer mais uso desses aplicativos, e não como o objetivo esperado por essas gerações ao usá-los.

5. CONCLUSÕES

Com o objetivo de compreender a dinâmica dos hábitos de consumo e por que podem impedir a plena aderência e funcionalidade de aplicativos de economia compartilhada nas cidades contemporâneas, construindo conhecimento que qualifique a análise sobre a realidade do escambo digital, foi formulado o seguinte problema de pesquisa "quais os hábitos de consumo que impedem a plena aderência e a funcionalidade de aplicativos de economia compartilhada nas cidades da fronteira Oeste do Rio Grande do Sul?", para abordar como as questões de consumo estão sendo desenvolvidas na região oeste a partir do desenvolvimento das tecnologias

A Fim de elucidar as possibilidades em questões de consumo conforme o histórico social do RS foram desenvolvidas as duas hipótese que permeiam todo o percurso deste trabalho, sendo elas hipótese 1 – pouco ou nenhum uso dos aplicativos de economia compartilhada na região, decorrente do conservadorismo dos hábitos de consumo da população, e hipótese 2 – uso constante em expansão dos aplicativos de economia compartilhada na região, decorrente da ascensão da sociedade em rede.

Na primeira hipótese, foram apresentados dois argumentos para que os aplicativos de economia compartilhada apresentem um grau baixo de usabilidade ou até mesmo nenhuma usabilidade em cidades de pequeno porte brasileiras, sendo eles: o processo de colonização do Brasil, que acarretou nas desigualdades sociais presentes em nosso país até hoje, e a mentalidade conservadora da população das cidades da região Oeste do Rio Grande do Sul, que acarreta em preconceitos em relação ao diferente e ao novo.

Esses argumentos foram abordados a partir das seguintes perspectivas: a) no fato de a colonização do Brasil ter ocorrido de forma predatória, apoiada em trabalho escravo b) com bases ruralistas fortes, ligadas diretamente à existência de desigualdades sociais em nosso país, c) Mentalidade Conservadora da população e d) baixo nível de industrialização das cidades de pequeno porte que acarretam no preconceito da população em relação ao novo.

Enquanto isso, na segunda hipótese, também foram apresentados dois argumentos, mas agora para que os aplicativos de economia compartilhada apresentem uso constante e em expansão em cidades de pequeno porte brasileiras. Como 1º argumento, temos a

emergência da sociedade em rede, e como 2º argumento, a emergência de uma geração que se preocupa com um futuro mais sustentável.

Esses argumentos foram abordados através das seguintes perspectivas: a) a popularização da internet, e b) a popularização dos smartphones, c) uma resposta a revolução industrial, as práticas desenfreadas de consumo e a finitude dos recursos naturais, e d) possibilidade de novas formas de troca.

Para possibilitar a análise das hipóteses foi utilizada uma abordagem metodológica de pesquisa de levantamento de dados através de questionários online e material bibliográfico como instrumentos de pesquisa, uma vez que, por conta do público que faz uso de aplicativos ser o alvo desta pesquisa, a abordagem ser através da internet torna-se viável, pois o uso da internet também é necessário para acessar a grande maioria dos aplicativos.

Assim sendo, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo-exploratório, pois teve como objetivo explorar um problema ou uma situação para aprofundar a compreensão de um determinado problema, além de auxiliar na comprovação ou refutação das hipóteses e utilizamos a técnica de pesquisa de questionário desenvolvido a partir das hipóteses. Somente após realizada a etapa de coleta dos dados a partir desse questionário que foram realizados os procedimentos de análise.

Através da análise sistemática dos dados coletados com os questionários em relação as hipóteses, foi possível chegar a 10 as seguintes descobertas:

Nossa primeira descoberta é que o nível de pobreza afeta diretamente no acesso a smartphones e à internet, e assim afeta diretamente no uso ou não dos aplicativos de troca: conforme confirmado na primeira pergunta do bloco 1 esse resultado confirma em parte a hipótese 1, na qual acredita-se que o uso dos aplicativos seja baixo ou inexistente.

A segunda descoberta é que o caráter excludente da sociedade não impede a utilização ou não dos aplicativos de troca: o resultado obtido na segunda pergunta do bloco 1, refuta a hipótese 1 ao confirmar que o caráter excludente não impede o uso dos aplicativos.

A terceira descoberta é que o processo de colonização brasileiro não possui influência alguma na utilização ou não dos aplicativos de troca: o resultado da terceira pergunta do bloco 1 revela que a hipótese 1 não se confirma ao elucidar que o processo de colonização não influencia atualmente no uso dos aplicativos.

A quarta descoberta é que existe influência de uma mentalidade conservadora em relação aos hábitos de consumo da população das cidades brasileiras, que acarreta em preconceitos em relação ao diferente e ao novo, fazendo assim com que os aplicativos apresentem níveis baixos de uso ou até nenhum uso: a primeira pergunta do bloco 2 confirmou que existe sim influência da mentalidade conservadora nos hábitos de consumo e assim confirma o segundo argumento da hipótese 1.

A quinta é que as pessoas que fazem o uso de redes de troca apresenta uma predisposição maior a realizar trocas do que a adquirir objetos novos: conforme respondido pelos próprios participantes de grupos de escambo, eles apresentam uma predisposição maior a realizar trocas e compartilhamento que adquirir itens novos, o que revela uma predisposição maior ao uso dos aplicativos do que se havia previsto, e refuta o segundo argumento da hipótese 1.

A quinta descoberta é que a internet facilita o processo de troca e compartilhamento, por conta de oferecer maiores possibilidades de acesso: o que confirma a hipótese 2, que acredita que o uso dos aplicativos é constante em expansão na sociedade atual.

E a sexta descoberta é que escambo digital pode suprir totalmente todas as demandas de uma transação: como foi confirmado por quem já pratica o escambo digital na pergunta 8, assim sendo a hipótese 2 é novamente confirmada.

Como sétima descoberta destacamos que os aplicativos para *Smartphone* com o fim específicos de trocas, compartilhamentos e empréstimo de itens, sem transações monetárias envolvidas, podem funcionar em cidades da fronteira oeste do Rio Grande do Sul: conforme confirmado na tabela 9, os resultados confirmam a hipótese 2.

A oitava descoberta é que as gerações mais novas, por conta da maior conexão, estão mais dispostas a realizar trocas e compartilhamentos: confirmando novamente a hipótese 2.

A nona descoberta é que os aplicativos de escambo digital possibilitam uma resposta às práticas desenfreadas de consumo e a finitude dos recursos naturais em nosso planeta: confirmando a hipótese 2.

E como décima descoberta apontamos que, por conta dos aplicativos de economia compartilhada se apropriarem da evolução da tecnologia para poder acontecer, esse é um campo de estudos relativamente recente e atual no contexto social mundial, sendo identificado um crescente número de publicações sobre a temática somente a partir de 2012. Assim sendo, as descobertas obtidas a partir desta pesquisa permitem uma atualização dos conhecimentos produzidos até então sobre as dinâmicas de consumo em cidades da fronteira Oeste do Rio Grande do Sul a partir do uso de aplicativos de economia compartilhada.

Assim sendo, foi possível perceber que, apesar de duas perguntas com as hipótese refutadas, a partir das descobertas o conjunto da hipótese 2 foi comprovado, enquanto a hipótese 1 foi refutada. Isso acontece devido a indicação de que existe sim mentalidade conservadora na região e que ela gera algum nível de preconceito na utilização dos aplicativos, mas não impede o uso, enquanto a segunda hipótese apresenta todos resultados confirmativos. Assim sendo, as cidades localizadas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul possuem sim condições para que os aplicativos de economia compartilhada apresentem um nível constante e em expansão de uso.

A partir do estudo aqui desenvolvido, abre-se espaço para um levantamento de dados em outras regiões do Rio Grande do Sul e a comparação sistemática entre as regiões, estipulando um mapeamento das formas de troca e compartilhamento no Rio Grande do Sul.

Ressaltamos que a partir do desenvolvimento dessa monografia foi possível uma maior compreensão do contexto histórico-social e cultural das cidades da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, que levam a existência de hábitos de consumo conservadores ainda hoje na região, além desse estudo ter possibilitado identificar os valores culturais e motivações pessoais que influenciam na aderência ou não de aplicativos de economia compartilhada e analisar quais fatores poderiam impedir a funcionalidade plena dos aplicativos de economia compartilhada em cidades do oeste do Rio Grande do Sul. E a partir disso conseguimos refletir sobre as novas formas de consumo e como o futuro se desenvolverá a partir disso fazendo assim com que o nosso objetivo geral, compreender a dinâmica dos hábitos de consumo e por que podem impedir a plena aderência e funcionalidade de aplicativos de economia compartilhada nas cidades da fronteira oeste do

Rio Grande do Sul, construindo conhecimento que qualifique a análise sobre a realidade do escambo digital. Dessa forma, além de ter contribuído imensamente no desenvolvimento pessoal de todos que foram envolvidos de alguma forma por esse estudo, todos os objetivos, geral e específicos deste trabalho de conclusão de curso foram atingidos.

REFERÊNCIAS

BARDHI, Fleuara; ECKHRDT. **Consumo colaborativo: O Caso de Car sharing.** *Journal of Consumer Research*, edição 39, 2012, p. 881–898. Disponível em: <<https://academic.oup.com/jcr/article/39/4/881/1798309>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Edições 70 LDA, Lisboa, 2002.

BECK, Dinah Quesada; HENNING, Paula Corrêa; VIEIRA, Virgínia Tavares. Consumo e Cultura: Modos de ser e viver a contemporaneidade. In: **Educação, Sociedade & Culturas**, nº 42, [s/l], 2014, p.87-109. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/ESC42_08DinahBeck.pdf> Acesso em: 22 jun. 2019.

BERAS, Cesar. **A formação sócio-histórica brasileira, a democracia contingente e a peculiar: Contribuição gaúcha.** RIHGRGS, Porto Alegre, 2014.

BOSTSMAN, Rachel; ROGER, Roo. **O que é meu é seu: como o consumo colaborativo vai mudar o nosso mundo.** Tradução de Rodrigo Sardenberg. Porto Alegre, Bookman, 2011.

CAPOZZI, Alexandre; HAYASHI, Gustavo; CHIZZOLA, Renata. **Boletim de Inovação e Sustentabilidade 2018: Economia compartilhada.** São Paulo, PUC-SP, 2018. Disponível em: <<https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/bisus2018-vol1-economia-compartilhada.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

CANCLINNI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.** Rio de Janeiro, UFRG, 1995. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2648777/mod_resource/content/1/CANCLINI_1997_Consumidores_e_Cidadaos.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura,** São Paulo: Paz e terra, 1999.

COUTINHO, Gustavo Leuzinger. **A Era dos Smartphones: Um estudo Exploratório sobre o uso dos Smartphones no Brasil.** Brasília DF, UnB, 2014. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9405/1/2014_GustavoLeuzingerCoutinho.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em Síntese: Brasil/Rio Grande do Sul/Porto Alegre**. Brasil, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Sociais: regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, municípios com mais de 100 000 habitantes**. MASSENA, R. M. Rosa. (org.). Rio de Janeiro. IBGE. Departamento de Estatística e Indicadores Sociais, 1988. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv54598.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas 2003.

LEMOS, André. Comunicação e práticas sociais no espaço urbano: as características dos Dispositivos Híbridos Móveis de Conexão Multirredes (DHMCM). In. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, número 10, ESPM, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/DHMCM.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

MANDEL, Michael; LONG, Elçiot. **A Economia de Aplicativos no Brasil**. Washington, Instituto de Políticas Progressivas (PPI), 2017. Disponível em: <https://www.progressivepolicy.org/wp-content/uploads/2017/02/PPI_BrazilAppEconomy_PT.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

MARTINS, Roberto Duarte. **A Ocupação do Espaço na Fronteira Brasil-Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão**. Barcelona, Universidade Politécnica da Catalunha. 2001. Disponível em: <<https://www.tesisenred.net/bitstream/handle/10803/6077/02CONTRAPORTADA.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e Pesquisa: Projetos para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hacker Editores, 2006.

SANTAELLA, Lúcia. Da cultura de massas à cultura das mídias. In: (Aut.). **Culturas e artes do pós-humano**. São Paulo: Paulus, 2004. p.79-113

SILVEIRA, Lisilene Mello da; SANTOS, Ana Clarissa Matte Zanardo dos. **Economia compartilhada e consumo colaborativo: o que estamos pesquisando?** Porto Alegre, REGE - Revista de Gestão 23, 2016, p.298–305. Disponível em: <<https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S1809227616306063?token=E7335F8CA3DF7D012BEE186B5E7D6CEC1FFB107BA4F589D7BA4D89C0BF01A832E3865773BFB8E7CEA280000409B40BE8>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

THEOHARIDOU, M.; MYLONAS, A. e GRITZALDIS. Um método de avaliação de risco para Smartphones. In: Gritzalis D., Furnell S., Theoharidou M. (eds) Pesquisa de Segurança e Privacidade da Informação. SEC 2012. IFIP **Avanços em Tecnologia da Informação e Comunicação**, vol 376. Springer, Berlin, Heidelberg, 2012. Disponível em: <https://translate.googleusercontent.com/translate_c?depth=1&hl=pt-BR&prev=search&url=translate.google.com&sl=en&sp=nmt4&u=https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%252F978-3-642-30436-1_36.pdf&xid=17259,15700023,15700186,15700191,15700256,15700259&usg=ALkJrhEWkNXcH6RM6aLgci4qhePFA37Yg>. Acesso em: 01 jun. 2019.

ZANIRATO, Síkvia Helena; ROTONDARO, Tatiana. **Consumo, um dos dilemas da sustentabilidade**. São Paulo, Estud. av. vol.30 no.88, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-4014201600030007>. Acesso em: 23 jun. 2019.

APÊNDICES

1. Questionário:



QUESTIONÁRIO

Pesquisa sobre:

ADERÊNCIA E USABILIDADE DE APLICATIVOS DE ECONOMIA COMPARTILHADA NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

1.1 Texto de apoio:

Boa tarde, tudo bem com vocês?

Eu me chamo Bianca e estou terminando o curso de Publicidade e Propaganda na Universidade Federal do Pampa.

Estou na fase final do meu TCC e quero pedir pra vocês uma mãozinha na aplicação do meu projeto com temática relacionada aos fatores que influenciam as pessoas em cidades pequenas no uso ou não de aplicativos de troca e venda online.

Eu ficaria muito agradecida mesmo se alguém puder responder o questionário que estou anexando nesta publicação, pois é com base nele que vou fazer minha análise e se tudo der certo conseguir me formar hahaha.

Desde já agradeço a atenção ;)

1.2 Questões:

Dados de perfil

Idade:

Sexo:

Cidade:

Tempo de participação em sites ou grupos de troca:

BLOCO 1 - UTILIZAÇÃO DOS APLICATIVOS (marque somente uma resposta por pergunta)

1 - Para vc a não utilização de aplicativos de economia compartilhada (briks digitais) acontece devido ao grau de pobreza das pessoas?

- a) Sim, pois as classes mais pobres não possuem conhecimento sobre esses aplicativos.
- b) Sim, pois para que se tenha acesso aos aplicativos precisa se antes ter acesso a smartphone e a internet, além de ter itens passíveis de compartilhamento.
- c) Não, pois atualmente todos possuem dispositivos móveis e internet.
- d) Não pois a classe económica social não interfere em nada na utilização dos aplicativos de economia compartilhada.
- e) Outra resposta:

2 - Para você a não utilização dos aplicativos se dá pelo caráter excludente da sociedade?

- a) Sim, a ideia de não ter nada para trocar exclui as pessoas que já são marginalizadas na sociedade.
- b) Sim, pessoas marginalizadas geralmente não possuem acesso a um smarhpone e/ou a internet, o que inviabiliza essas pessoas de utilizarem os aplicativos.
- c) Não, pois vivemos em uma sociedade que está cada vez mais igualitária.
- d) Não, pois todos possuem algo que não querem mais e pode ser exatamente o que outra pessoa está procurando.
- e) Outra resposta:

3- Para vc a utilização ou não de aplicativos de troca está condicionada pelo tipo de colonização que tivemos: predatória,escravista e latifundiária?

- a) Sim, pois a forma de colonização criou mecanismos culturais que não toleram práticas democráticas de trocas como a dos aplicativos.
- b) Sim, pois a colonização deixou marcas sociais de desigualdade que impedem o pleno acesso.
- c) Não, pois independente da colonização as pessoas utilizam os aplicativos de troca.
- d) Não, pois as pessoas usam ou não de acordo com suas necessidades, sem nenhum condicionamento do processo de colonização.
- e) Outra resposta:

BLOCO 2 : DA PERCEPÇÃO (marque somente uma resposta por pergunta)

4 - Você percebe que as pessoas podem ter algum tipo de reação conservadora e logo de desprezo em relação aos aplicativos de troca via internet?

- a) Sim, pois principalmente no interior as pessoas desconfiam da internet e preferem comprar, vender ou trocar pessoalmente.
- b) Sim, pois a utilização da internet gera insegurança em quem usa por ser algo totalmente diferente do que se procedia antigamente em situações de venda, compra e troca.
- c) Não, hoje a utilização da internet é universal e realizada por todas as gerações cotidianamente.

- d) Não, pois a internet facilita as situações de venda, compra ou troca e possibilita uma interação mais rápida.
- e) Outra resposta:

5 - Você percebe algum tipo de preconceito/ medo das pessoas em fazer uso dos aplicativos de economia compartilhada?

- a) Sim, muitas pessoas tem medo de alguma transação dar errado e serem prejudicadas.
- b) Sim, muitas pessoas não gostam da ideia de ter algo que ja foi usado, ou da ideia de compartilhar algo seu.
- c) Não, acho que já atingimos um nível de confiança estável em relação a transações e trocas na internet.
- d) Não, acho q os aplicativos fornecem toda a segurança necessária para que ao utilizarmos os aplicativos a experiência seja a melhor possível.
- e) Outra resposta:

6 - Para obter algo que precisa, você prefere realizar uma troca através dos aplicativos de economia compartilhada ou comprar algo novo ?

- a) Prefiro comprar novo pois consigo avaliar melhor as opções e me sinto mais realizado/a após a aquisição de algo.
- b) Prefiro comprar novo pois não simpatizo com a ideia de usar algo (roupas, móveis, eletrônicos,...) que já foi de outra pessoa.
- c) Prefiro a troca, pois geralmente encontro o que busco na mesma qualidade de algo novo e ainda consigo economizar dinheiro.
- d) Prefiro a troca, pois apesar de não simpatizar com a ideia de comprar algo usado prefiro ter acesso dessa forma do que não ter acesso aos itens que procuro.
- e) Outra resposta:

BLOCO 3 : DA POPULARIZAÇÃO (marque somente uma resposta por pergunta)

7 - Você acredita que a internet facilita a troca e o compartilhamento para todos?

- a) Sim, pois nela é possível criar a demanda específica para o item que você está precisando e assim facilitar o acesso divulgando-a.
- b) Sim pois, conecta mais pessoas tornando mais possível que alguém esteja oferecendo o item que se precisa no momento.
- c) Não, pois exclui a interação humana do processo, tornando-o mecanizado.
- d) Não, pois por apresentar uma gama muito grande de opções acaba por confundir que quer realizar a troca/ empréstimo/compartilhamento.
- e) Outra resposta:

8 - Na sua opinião, a internet permite realizar trocas de objetos, conhecimentos e/ou experiências nas quais todos os envolvidos saiam satisfeitos, sem que haja nenhum tipo de transação monetária, e que sem a internet não seriam possíveis?

- a) Sim pois, atualmente podemos encontrar exatamente o que buscamos nos aplicativos de troca, empréstimo e compartilhamento, sendo esse um ambiente no qual os outros usuários também estão dispostos a participar dessa experiência.
- b) Sim pois desde os primórdios da humanidade existem trocas sem necessariamente envolver transações monetárias, a internet apenas tem facilitado que voltemos a dar mais valor aos objetos e menos ao dinheiro.
- c) Não pois sempre pelo menos um dos lados não encontra exatamente o que estava buscando naquela transação.
- d) Não pois, as trocas geralmente são em condições desparelhas em relação ao valor do que está sendo trocado.
- e) Outra resposta:

9 - Na sua opinião, aplicativos para smartphone com o fim específicos de trocas, compartilhamentos e empréstimo de itens, sem transações monetárias envolvidas, funcionam em sua cidade?

- a) Sim pois percebe-se (principalmente entre os jovens) uma abertura cada vez maior para realização de quaisquer tipo de transações através da internet, porém pode levar algum tempo até essa prática se instaurar.
- b) Sim pois, atualmente já existem muitas trocas, empréstimos e doações acontecendo na minha cidade em diversos outros ambientes digitais.
- c) Não pois na minha cidade a cultura de aquisição daquilo que se procura através exclusivamente do comércio é muito enraizada.
- d) Não pois na minha cidade a maior parte das pessoas são conservadoras e desconfiadas em relação à transações através da internet.
- e) Outra resposta:

BLOCO 4 - SUSTENTABILIDADE (marque somente uma resposta por pergunta)

10 - Para você, as gerações mais novas estão mais propensas a realizar trocas e compartilhamentos?

- a) Sim, pois está mais preocupada em formas de não agressão ao planeta.
- b) Sim, pois está mais conectada e possui mais facilidade para realizá-las.
- c) Não, pois as novas gerações estão cada vez mais individualistas.
- d) Não pois atualmente não é possível confiar apenas na palavra das outras pessoas.
- e) Outra resposta:

11 - Na sua opinião, os aplicativos de troca na internet possibilitam uma resposta às práticas desenfreadas de consumo e a finitude dos recursos naturais em nosso planeta?

- a) Sim, pois os aplicativos permitem uma maior consciência na forma e tipo de produtos consumidos
- b) Sim, pois os aplicativos permitem menos produção de resíduos sólidos, permitindo o reaproveitamento de coisas já utilizadas
- c) Não, os aplicativos acabam sendo mais uma forma de consumo sem nenhum tipo de preocupação com o meio ambiente.
- d) Não, os aplicativos acabam reforçando o consumo desenfreado pelas facilidades que apresenta (acesso, velocidade, preço, etc.)
- e) Outra resposta: